--- N.º 1/2017 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.----------

--- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte: ----------

----------**ORDEM DE TRABALHOS**----------

---**PRIMEIRO** - Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D)----------

---**SEGUNDO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela TIAJO – Comércio de Têxteis, Lda., com sede no Parque Industrial da Pereira Pavilhão, n.º 8, União de Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante de 2.210.000.00€, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela Abílio Oliveira Godinho & Cª Lda., com sede na Rua da Agra, n.º 141, 4470-826 União das Freguesias de Avidos e Lagoa, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante de 250.000.00€, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**QUARTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela Estamparia Jocolor, Lda, com sede na avenida Dr. Mário Soares, n.º 71, 4770-260, Freguesia de Joane, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante de 800.000.00€, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**QUINTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela FERESPE – Fundição de Ferro e Aço, Lda, com sede na Rua da Brasiela, n.º 60, Freguesia de Fradelos, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante de 1.887.148.00€, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**SEXTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração com a retificação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira São Mateus, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)----------

---**SÉTIMO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização do compromisso plurianual até ao montante global estimado de 750.000.00 €, ao qual acresce o IVA à

taxa legal em vigor, relativo aos serviços de vigilância e segurança do Parque da Devesa e de rondas móveis, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)----------

---**OITAVO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento para atribuição do Prémio Januário Godinho, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)----------

---**NONO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a nomeação do Revisor Oficial de Contas o Dr. José Luís Pinto de Azevedo, ROC n.º 626, como auditor externo e responsável pela certificação legal de contas, para efeitos do previsto no n.º 1 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**DÉCIMO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração dos Estatutos da Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**DÉCIMO PRIMEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião de 30 de janeiro de 2017, de pedido de autorização para desafetar do domínio público para o domínio privado do município, a parcela de terreno com a área de 160 m2, melhor identificada na planta anexa pela letra D, sita no lugar de Tarrio, da União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, deste concelho, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)----------

---**DÉCIMO SEGUNDO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da avaliação de Cedências para o domínio público do município, para os efeitos previstos na alínea i), do número 1, do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tomar conhecimento e aprovar, para efeitos de arrolamento e inventariação a relação de cedências constantes da relação anexa à presente proposta e que por economia e brevidade, aqui se dá como reproduzida, passando as mesmas assim a integrar o inventário de bens imóveis do Município, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)--------

---**DÉCIMO TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do pedido de designação do júri para o procedimento concursal para o provimento de cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, para o cargo de Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, e do pedido de alteração do júri para os procedimentos concursais para o provimento do cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, das seguintes unidades orgânicas flexíveis, Divisão de Mobilidade, Vias e Trânsito; Divisão de Equipamentos e Divisão da Eficiência Energética e Manutenção, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----------

---**DÉCIMO QUARTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 2 (dois) trabalhadores, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercerem as funções descritas no mapa de pessoal, aprovado para o ano de 2017, relacionadas com

as atribuições, competências e atividades para a área de atividade de Psicologia, com recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum aberto pelo aviso n.º 5763/2014, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 87, de 7 de maio de 2014, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 3 de setembro de 2015. (Grelha E) ----------

---**DÉCIMO QUINTO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a celebração de Contratos Interadministrativos com as Freguesias da área da localização da ECOPISTA. (Grelha E) ----------

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: ----------

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA ----------

---AGOSTINHO SILVA VEIGA ----------

---ALFREDO AUGUSTO MORAIS LIMA ----------

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-**FALTOU-JUSTIFICOU** ----------

---ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA ----------

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA ----------

---ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA----------

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-**FALTOU-JUSTIFICOU** ----------

---ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS ----------

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL----------

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA ----------

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA ----------

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO----------

---ARTUR JOAQUIM SILVA CASTRO ----------

---AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS ----------

---AVELINO FREITAS SILVA ----------

---BRUNO SILVA CAMPOS----------

---CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO----------

---CARLA SOFIA SANTANA AFONSO R. FARIA ----------

---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES ----------

---CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO ----------

---CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO----------

---DOMINGOS SOUSA COSTA----------

---FERNANDO RIBEIRO MONIZ ----------
---FIRMINO VILA VERDE COSTA ----------
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO ----------
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO ----------
---HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA ----------
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO----------
---JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO ----------
---JOÂO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA----------
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO ----------
---JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO----------
---JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA ----------
---JOAQUIM MARTINS RODRIGUES ----------
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA----------
---JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS ----------
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA----------
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES ----------
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA ----------
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA----------
---MANUEL ANTÓNIO S. CORREIA DE PAIVA ----------
---MANUEL AZEVEDO SILVA----------
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA ----------
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA----------
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO ----------
---MANUEL MARTINS COSTA ----------
---MANUEL OLIVEIRA SANTOS ----------
---MANUEL SILVA ALVES ----------
---MARIA ADELINA ORTIGA ----------
---MARIA ESPERANÇA DIAS FERREIRA OLIVEIRA----------
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA ----------
---MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA----------
---MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES----------
---NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ ----------
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO ----------
---PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA ----------

---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO----------

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA ----------

---PAULO JORGE LOPES COELHO ----------

---PAULO MANUEL MARQUES COSTA ----------

---RAQUEL ALMEIDA PINTO----------

---RAÚL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS ----------

---RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ ----------

---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA ----------

---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES----------

---RUI PEDRO PACHECO ALVES ----------

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA ----------

---VITOR TORRES PEREIRA-**FALTOU-JUSTIFICOU** ----------

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: ----------

----------**ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO –** Deu início á sessão, dando conhecimento que, deram entrada na Mesa doze documentos compostos por cinco moções apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU, um voto de recomendação e um voto de louvor apresentados pelo Grupo Municipal do PSD, um voto de recomendação apresentado pela Senhora Presidente de Junta da Freguesia de Riba D'Ave, dois votos e uma proposta apresentados pelo Grupo Municipal do PS, uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de esquerda. Propôs o término da sessão para as zero horas e trinta minutos. ----------

---***Postas à votação as atas de 21 e 25 de novembro de dois mil e dezasseis, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade.***----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor:----------

---" Na passada 3ª feira, dia 21 de Fevereiro, em homenagem pública, foi assinalado o Centenário do Nascimento de Lino Lima, cidadão famalicense desde tenra idade. O seu crescimento como ser humano enraizou fortemente seus laços a esta laboriosa terra a que a sua união matrimonial com D. Júlia Aguiar – a sua Julinha como carinhosamente a tratava – ainda mais arraigou. A sua atividade profissional, como causídico, não deixou de ser uma marca indelével e ninguém negará o prestígio e respeito granjeado entre aqueles com quem colaborou e pleiteou. A juntar a estes predicados, sobressai o facto, talvez maior, de consequentemente ter lutado desde muito cedo contra a ditadura fascista de Salazar e Caetano em favor da Liberdade e Democracia. A sua adesão ao Partido Comunista Português em 1941 ao qual coerente e militantemente esteve ligado até ao dia da sua

morte, atestam bem a sua condição de homem íntegro, de coragem e de combatente. Apesar da profunda mágoa pelos atos de vandalismo de Julho e Agosto de 1975, que também o atingiram, continuou a viver Famalicão. O seu exemplo, sem qualquer exagero do proponente, é inegavelmente uma referência maior para todo e qualquer famalicense que ame os verdadeiros ideais da Liberdade e Democracia e, em especial, para os trabalhadores.----------

Nestes pressupostos, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2017, delibera congratular-se com a homenagem prestada pela Câmara Municipal de Famalicão em conjunto com o PCP a Lino Lima, como distinto famalicense, democrata e lutador pela Liberdade e Democracia e, ao mesmo tempo, associa-se ao Programa Comemorativo do Centenário do seu nascimento, já iniciado e a prosseguir até final do corrente ano."----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor:----------

---" Os trabalhadores da Tesco (Ribeirão) levaram hoje a efeito uma greve geral em todos os turnos de trabalho, reclamando aumentos salariais e emprego digno, reivindicações para as quais a administração da empresa se vem recusando a dialogar com os trabalhadores e seus representantes sindicais. Nesta empresa, continua a registar-se uma grande sobrecarga de trabalho que está na origem da contração de doenças profissionais de que são vítimas alguns trabalhadores, excesso de trabalho tanto mais indigno quanto os contratos de trabalho precário que campeiam na empresa. Na luta encetada à porta da empresa, os trabalhadores em greve informaram e denunciaram que são cerca de 70% os trabalhadores com contratos precários, a termo, contratados por empresas de trabalho temporário, sem que nada o justifique pois ocupam um posto de trabalho permanente, exigindo justamente também um contrato de trabalho efetivo. Não são poucos os que ali trabalham há 10, 15 e cerca de 20 anos ainda na situação de trabalho temporário, com salários iguais ao mínimo nacional, outros ligeiramente acima, ao que nem escapam uma grande parte de quadros técnicos e licenciados, numa clara e evidente discriminação salarial relativamente a outros trabalhadores com o mesmo desempenho profissional. ----------

Atentas as situações atrás descritas, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 24 de Fevereiro de 2017 delibera: ----------

1.Saudar a coragem e determinação dos trabalhadores da Empresa TESCO ao terem levado por diante e realizado hoje a sua 1ª greve, lutando por melhores salários, contra a discriminação salarial e contra a precariedade laboral. ----------

2.Manifestar a sua solidariedade para com as justas reclamações dos trabalhadores, designadamente as referentes ao aumento dos salários e à contratação efetiva, como forma de valorizar e dignificar o seu trabalho.” ----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor:----------

---“ O dia 8 de Março representa a transformação que ocorreu no reconhecimento dos direitos das mulheres no mundo, consequência de longas e difíceis lutas pela igualdade. Nos dias de hoje reconhecemos que, devido a algumas mudanças sociais, houve retrocessos e por isso é necessário dar sequência à luta pela dignidade humana e de ser mulher. Os fenómenos da desigualdade e da discriminação em função do género contrariam a evolução social e a vontade das mulheres, na sua luta pela igualdade e afirmação na sociedade. Apesar das mulheres portuguesas viverem num país dotado de um quadro jurídico-constitucional assente num pressuposto da igualdade entre mulheres e homens, tanto nas responsabilidades familiares como profissionais e cívicas, o seu quotidiano continua a ser pautado por uma série de desigualdades. Continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica, assédio ou abusos sexuais, são ainda discriminadas no desempenho de cargos de chefia, apesar de serem mais qualificadas. São reconhecidas as graves e injustas discriminações no trabalho, o menosprezo pela função social da maternidade, designadamente quando questionadas nas entrevistas de trabalho se pretendem ser mães, sendo prejudicadas por optarem pela amamentação, despedidas por terem engravidado sem avisar a entidade patronal. São também as mulheres que usufruem salários, reformas e pensões mais baixas. Os atropelos à dignidade da mulher são uma constante em diversas partes do mundo, que vão desde a mutilação genital, o casamento forçado, até serem as principais vítimas de escravatura sexual. Por tudo isto, continua a fazer sentido homenagear as trabalhadoras de uma fábrica têxtil de Nova Iorque que lutaram por melhores condições de trabalho, a 8 de Março de 1857. A luta é necessária e continua a ser diária para as mulheres portuguesas que enfrentam as dificuldades nos locais de trabalho, na procura de emprego digno e duradouro, no direito à habitação, no reconhecimento pelos lugares de chefia ou nos cargos políticos. ----------

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 24 de Fevereiro de 2017, delibera: ---

- Manifestar congratulação às mulheres portuguesas que em todos os domínios da sociedade portuguesa lutam por melhores condições de saúde, de trabalho, por uma educação de qualidade para as gerações futuras, pela justiça social e pelo progresso do País. ----------

- Saudar a Manifestação Nacional das Mulheres, a Voz das Mulheres pela Igualdade, Direitos, Desenvolvimento e Paz, que se realiza no dia 11 do próximo mês de Março, em Lisboa. Só pela luta se defendem os direitos e a participação das mulheres em todos os domínios!”----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor:----------

---" A descentralização administrativa, conforme a Constituição da República Portuguesa, tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias. A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visando uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do principio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. ----------

Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 24 de Fevereiro de 2017 delibera:----------

1-Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.---

2-Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios. ----------

3-Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.----------

4-Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.” ------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor:----------

---“ O Carnaval ou Entrudo é, no calendário português, um dos mais importantes ciclos festivos do nosso país, existindo entre os portugueses uma grande tradição carnavalesca. Por todo o País o Carnaval vive-se como uma festa anual, e em muitas localidades assume mesmo muita importância, como é o caso do carnaval de Torres Vedras, Loulé, Sesimbra, Ovar, Canas de Senhorim, Madeira, Alcobaça, da Mealhada e, de há alguns anos a esta parte, o de Famalicão, entre outros. Alguns com tradições importadas de outros países, mas naturalmente assimiladas pelos portugueses e completamente enquadradas no carácter de liberdade e animação popular. Embora a terça-feira de Carnaval não conste atualmente no elenco dos feriados obrigatórios consagrados na lei, existe uma tradição consolidada de organização de festas neste período, levando a que o dia do Carnaval continue a ser entendido e interiorizado como um verdadeiro dia de feriado obrigatório, estando inclusive consignado como feriado em muitos Contratos Coletivos de Trabalho. A terça-feira de Carnaval é culturalmente um dia assimilado pelas pessoas como um verdadeiro feriado, o que tem levado os Portugueses a planearem com tempo uma saída com a família nesse dia. O calendário escolar está organizado no pressuposto de ser feriado na terça-feira de Carnaval, daí a interrupção do ano letivo nesse período, as férias escolares de Carnaval. A própria Guarda Nacional Republicana prepara com antecedência e coloca no terreno a Operação Carnaval que termina exatamente às 24 horas de terça-feira de Carnaval. Contudo, nos últimos anos, o anterior Governo e o atual continuam a ignorar a importância económica, social e cultural que esta data tem na sociedade e na população portuguesa, contrariando as dinâmicas sociais, económicas e culturais de várias comunidades e localidades. Assim, tendo presente a necessidade de ir ao encontro da referida importância económica, social e cultural que esta data obteve e detém na sociedade em geral e na

população portuguesa, faz todo o sentido não contrariar as dinâmicas sociais, económicas e culturais de várias comunidades e localidades relacionadas com a realização de vários eventos nesta época. Por isso, consideramos que não podemos continuar à espera que o Governo declare tolerância na terça-feira de Carnaval a menos de oito dias do mesmo. É inadmissível continuarmos a assistir a metade do País parado e outra metade a trabalhar, frustrando as expectativas dos portugueses, das autarquias locais e dos operadores de turismo e da restauração, que investem e preparam com antecedência esse dia, nem dando tempo sequer para que os serviços, como na área da Saúde ou da Justiça, se possam reorganizar face ao novo quadro. ----------

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em 24/02/2017, apela à Assembleia da República e Presidente da República para que se proceda à alteração do Código do Trabalho no sentido de incluir a terça-feira de Carnaval no elenco dos feriados obrigatórios, dando-se conhecimento do teor desta moção àqueles órgãos de soberania." ----------

---**JORGE OLIVEIRA (PSD) -** Fez a leitura da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD que é do seguinte teor: ----------

---" É um dos maiores entraves ao crescimento das empresas e, simultaneamente, um fator de insegurança para todos aqueles que a utilizam. Esta é uma caraterização simplista, mas seguramente incontestável da EN14, sobretudo na ligação que faz dos concelhos da Maia, Trofa e Famalicão, o eixo mais exportador do país. Em Vila Nova de Famalicão apenas num dos seus maiores polos industriais - Lousado e Ribeirão – o estrangulamento da EN14, segundo dados de 2013 do Instituto Nacional de Estatística, afeta cerca de 400 empresas, das quais 128 de cariz exportador, representando um volume de negócio de cerca de 1,7 mil milhões de euros e cerca de 9.000 empregos. A construção de uma alternativa viária á EN14, é neste condicionalismo, uma exigência que decorre não de uma necessidade municipal ou regional, mas de dimensão nacional. Num passado recente, o anterior Governo desenvolveu uma solução infraestrutural, ajustada às débeis condições económicas e financeiras que o país atravessa, concertada com os autarcas e faseada no tempo. O anterior governo cabimentou, abriu concurso para a primeira fase da obra e iniciou, inclusive, o processo de expropriações. De igual modo, o anterior governo iniciou os estudos e projetos para as demais fases da obra. Apesar de todos os passos dados, decidiu o atual Governo, adiar o início desta obra, circunstância que a todos surpreendeu e que a todos deve preocupar. --------

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão recomenda à Camara Municipal que, isolada ou conjuntamente com outras autarquias, empresários, associações representativas do setor, sindicatos e outros agentes da sociedade civil, desenvolva todos os necessários esforços junto do Governo, concretamente do Senhor Primeiro Ministro e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como de todos as forças politica com assento

parlamentar, no sentido de reclamar o urgente avanço das obras da alternativa à EN 14, que se assume como uma questão da mais elementar necessidade para o pais e da mais elementar justiça para os empresários, trabalhadores e gentes desta região.”----------

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE RIBA D’AVE** - Fez a leitura do voto de recomendação que é do seguinte teor:----------

---“ O Executivo da Junta de Freguesia de Riba de Ave aprovou, na sua reunião ordinária, de 19 de dezembro, a apresentação da reivindicação da manutenção de escolas com serviço público, na Vila de Riba de Ave. Há mais de 50 anos que existem todos os graus de ensino em Riba de Ave e há mais de 40 anos que são de acesso gratuito para as famílias desta região (incluindo o concelho de Guimarães). Com o início do ano letivo, muitas famílias lidaram com um problema inesperado e que interfere em grande medida na organização familiar e na economia doméstica. Muitas pessoas de Riba de Ave e freguesias circundantes têm feito chegar à Junta de Freguesia a preocupação com a incerteza do que acontecerá no próximo ano letivo. Sendo Riba de Ave uma das três vilas do concelho, a única com duas escolas com contrato de associação, consideramos que essa foi a razão para a não existência de uma escola pública que permitisse a prossecução de estudos depois do Primeiro Ciclo. ----------

Assim:----------

-Considerando que o ensino é fundamental para a superação de desigualdades económicas, sociais e culturais, habilitando os cidadãos a participar democraticamente na sociedade; ----------

-Considerando que a Constituição da República Portuguesa atribui ao Estado o dever de promover uma rede de estabelecimentos públicos; ----------

-Considerando o momento que vivemos no capítulo da educação e que são atribuições do Estado garantir a igualdade de condições de frequência do ensino obrigatório que, de há alguns anos a esta parte, é até ao 12º ano, garantindo o respeito pelo artigo 13º da constituição que estabelece que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei; ----------

-Considerando que a Lei de Bases do Sistema Educativo apresenta, no artigo 2º, os princípios gerais: (1) Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República; (2) É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares;

É fundamental que se mantenha em Riba de Ave o serviço público de educação que permita e garanta a conclusão da escolaridade obrigatória, de forma universal e gratuita. Esta é a convicção da Junta de Freguesia e da Comissão criada para acompanhamento da situação das escolas com contrato de associação. Nesta comissão estão representados os Partidos Políticos com assento na Assembleia de Freguesia, a saber: coligação PSD/PP, PS e CDU. Caso não seja possível voltar atrás

com a decisão acerca das escolas com contrato de associação, a comunidade Ribadavense solicita que seja feita justiça para com as populações daquela região, equacionando-se a criação de escola pública, sob alçada do Governo Central, pelo que solicitamos a esta Assembleia Municipal a aprovação deste voto recomendação.----------

Solicitamos, ainda, que este voto de recomendação para a criação de ensino público, pós 1º Ciclo, até ao fim da escolaridade obrigatória, em Riba de Ave, seja enviado ao Ministério da Educação, nomeadamente ao Senhor Ministro da Educação, Doutor Tiago Brandão e à Senhora Secretária de estado Adjunta da Educação, Doutora Alexandra Leitão."----------

---**CARLA FARIA (PS)** - Fez a leitura do voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PS que é do seguinte teor:----------

---" O Governo de Portugal apresentou no passado dia 7 de Fevereiro o Programa de Valorização das Áreas Empresariais, que tem como objetivo reforçar a Competitividade das Empresas, Potenciar a criação de Emprego e Aumentar as Exportações. ----------

O Programa representa um investimento global de 180 milhões de euros e desenvolve-se em dois Eixos, nas três regiões da convergência - Norte, Centro e Alentejo.----------

Para a criação e expansão de áreas empresariais estão previstos 78 milhões de euros, através da abertura de concursos dos Programas Operacionais do Portugal 2020, aos quais podem concorrer as autarquias que pretendam melhorar as condições de instalação de empresas.----------

Outros 102 milhões de euros estão reservados para investir em 12 ligações rodoviárias destinadas a melhorar as ligações entre áreas empresariais já consolidadas e a rede viária existente. ----------

Em termos regionais, 112 milhões de euros serão investidos na Região Norte e de entre as ligações rodoviárias que integram o Programa está a Melhoria das Acessibilidades às Áreas de Localização Empresarial de Famalicão Sul | Ribeirão e Lousado, no valor de 5,37 M€. ----------

Trata-se de uma boa noticia para Famalicão e para as nossas empresas, que não podemos deixar de registar e congratular." ----------

---**HUGO SAMPAIO (PS)** - Fez a leitura do voto de recomendação apresentado pelo Grupo Municipal do PS que é do seguinte teor:----------

---" O Partido Socialista está seriamente preocupado com a situação do cemitério de Riba de Ave. Desde o ano de 2008 que o Partido Socialista de Riba de Ave vem alertando para esta situação e, infelizmente, mais uma vez, são os Tribunais a dar razão às dúvidas e receios, fundamentados, do PS. Diz hoje o Tribunal Central Administrativo, corroborando a decisão da primeira instância, que a Junta de Freguesia não fez o que devia ter feito. E a Câmara Municipal, ao suportar a decisão e ao ser sua responsabilidade da elaboração do projeto da ampliação do cemitério, também não o fez. É de uma enorme irresponsabilidade, no mínimo, iniciarem-se as obras de alargamento sem estarem

garantidas todas as exigências legais. É um escândalo a inauguração do cemitério, com a pompa e circunstâncias habituais, e, no final, os Ribadavenses continuarem desprovidos desta infraestrutura. Passados 9 anos da aquisição do terreno, depois da inauguração e das páginas dos jornais, tudo continua na mesma. É justo questionar: Para quando a solução de ampliação do cemitério? Qual é a solução que a coligação PSD/CDS vai encontrar para resolver o problema? Quais as alternativas? De quem é a responsabilidade?----------

Ansiamos, como todos os Ribadavenses, por uma solução definitiva para o cemitério de Riba de Ave. Assim perante toda esta trapalhada, irresponsabilidade e outras imputações que os tribunais decidirão, é tempo de o Sr. Presidente de Câmara fazer o que lhe compete e, face à manifesta incompetência da Junta de Freguesia, encontrar uma solução urgente para o Cemitério de Riba de Ave." ----------

---PAULO PINTO (PS) - Fez a leitura da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS que é do seguinte teor: ----------

---" Os negócios e as decisões que envolveram os terrenos da Devesa e do Talvai, tiveram na sua génese a cedência de terrenos e posteriores acordos com indemnizações que ascenderam a vários milhares de euros. Num concelho a transparência municipal deve ser mais do que uma palavra, devendo-se assumir como uma exigência da gestão municipal. É obrigação de todos os agentes políticos, o desenvolvimento de todas as ações ao seu alcance, de modo a que todos os factos e circunstâncias dos seus atos sejam do pleno conhecimento dos seus eleitores. ----------

Deste modo, e no âmbito dos artigos 26ª e 27º do atual regimento desta Assembleia, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a constituição de uma comissão eventual, para analisar a cedência dos terrenos que vieram a integrar o denominado Parque da Devesa e dos terrenos do Talvai, que se destinavam á construção das novas instalações da Universidade Lusíada, constituída proporcionalmente por 9 elementos e que deve vigorar por um prazo de 60 dias." ---------

---PAULO COSTA (BE) - Fez a leitura da proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE que é do seguinte teor: ----------

---" Criação da tarifa social da água e implementação automatizada da mesma. ----------

O acesso universal aos serviços de água é um direito inalienável de todos os cidadãos e cidadãs, e citando a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR): "Um dos instrumentos recomendados é a aplicação da tarifa social aos utilizadores domésticos cujo agregado familiar possua um rendimento bruto englobável para efeitos de IRS que não ultrapasse determinado valor, a fixar pela entidade titular do serviço", como refere na sua recomendação de 5 de novembro de 2012.

A ERSAR recomenda aos municípios a fixação de sistemas eficientes de atribuição de tarifas sociais a praticar pelos operadores dos serviços de abastecimento de águas, para que apliquem

aquela recomendação no mais breve prazo. A ERSAR recomenda ainda "que a tarifa social se traduza na isenção dos encargos com a tarifa fixa e um desconto significativo através da aplicação da tarifa do escalão mais baixo até aos 15 m3 por mês. No caso do serviço de abastecimento de água, para um consumo de 10 m3 por mês, a percentagem desconto sobre a fatura total atinge, em média, de acordo com os cálculos efetuados, aproximadamente metade do valor total da fatura". -----

A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão não tem uma tarifa social da água, mas reconhece que há famílias no município que não têm capacidade de pagar a sua fatura da água e como tal concede apoios de "natureza pontual e excecional", mas que se ficam por pouco mais de uma centena de contratos. ----------

Do ponto de vista do princípio, este apoio não constituí uma tarifa social, sendo excecional e sendo a sua atribuição discricionária e a pedido do utente, quando se deveriam guiar pelo critério do acesso à tarifa social da eletricidade que beneficia já alguns milhares de famalicenses. ----------

É assim necessário a criação de uma tarifa social da água, como aliás recomendado pela ERSAR, como medida de garantia do acesso ao abastecimento de água à população com carências económicas. ----------

Por proposta do Bloco de Esquerda, foi alterado no Orçamento de Estado para 2016 o mecanismo de atribuição das tarifas sociais da eletricidade e do gás natural aos consumidores com comprovada carência económica. Com esta alteração, o pedido expresso deixou de ser a única forma de aceder a estes descontos, que passaram a ser atribuídos de forma automática a um universo de consumidores definido por indicação da Segurança Social e da Autoridade Tributária. ----------

Este dispositivo automático funciona com recurso à Plataforma de Interoperabilidade da Agência para a Modernização Administrativa (AMA) onde são cruzadas as informações do sistema energético (universo de clientes), da Segurança Social (beneficiários das prestações de combate à pobreza com condição de recursos definidas na lei da tarifa social) e da Autoridade Tributária (famílias com rendimentos até ao limite definido na lei da tarifa social). ----------

Em poucas semanas de vigência, o novo regime de atribuição da tarifa social permitiu que o número de beneficiários de desconto na fatura elétrica passasse dos 140 mil registados em finais de 2015 para quase 700 mil. Verificou-se assim a adequação deste dispositivo ao objetivo fixado: assegurar a efetiva redução dos custos energéticos de um amplo setor social com direito legal a este desconto. ---

Uma das dificuldades registadas nos municípios com tarifa social da água é a sua atribuição. Tal como antes sucedia na energia, a falta de informação e os entraves burocráticos constituem os principais fatores de inibição do acesso de potenciais beneficiários da tarifa social de água a este desconto. A integração dos operadores de serviços de abastecimento de água neste dispositivo de automatização alargaria muito o alcance e os efeitos sociais desta medida, recomendada pela

regulação do setor e já implementada por numerosas autarquias.----------

Estando criado no âmbito da administração pública e já testado com comprovado sucesso o dispositivo para atribuição automática das tarifas sociais da energia, nada impede nem justifica que o recurso a esse dispositivo não ocorra pela parte das entidades competentes no serviço de abastecimento de água, no âmbito municipal e intermunicipal. A generalização do acesso a estes descontos, em respeito pela autonomia do poder autárquico e das deliberações dos seus órgãos nesta matéria, é um fator de combate à exclusão social e de cumprimento do direito universal de acesso à água.----------

Atendendo a esta realidade, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou o projeto de Resolução "Recomenda ao Governo a disponibilização às entidades municipais, intermunicipais e multimunicipais competentes do acesso ao mecanismo estabelecido para a atribuição automática das tarifas sociais da energia, como contribuição para a adequação e aperfeiçoamento das tarifas sociais de água por elas aprovadas" aprovado na Assembleia da República a 14 de novembro deste ano.-----

O Orçamento de Estado para 2017 prevê no seu artigo 55.º a "Autorização legislativa no âmbito da tarifa social para o fornecimento de serviços de águas". O artigo prevê que os municípios possam utilizar o mecanismo automático criado no âmbito da tarifa social da energia para a sua aplicação na tarifa social da água. Assim, pessoas com carência económica ("que tem como referência as pessoas beneficiárias de, nomeadamente, complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez, pensão social de velhice, ou cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a € 5 808,00, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufira qualquer rendimento, até ao máximo de 10") poderão aceder automaticamente à tarifa social da água.----------

A presente proposta recomenda a criação de uma tarifa social da água em Vila Nova de Famalicão de acordo com as recomendações da ERSAR. A adesão dos municípios ao referido regime automatizado de tarifa social da água é voluntária pelo que a presente proposta visa igualmente recomendar a preparação e efetivação dessa adesão.----------

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, na sua reunião ordinária de 24 de fevereiro de 2017, delibera recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão:----------

1- A criação da tarifa social da água de acordo com as recomendações da ERSAR, aos utilizadores domésticos cujo agregado familiar possua um rendimento bruto englobável para efeitos de IRS que não ultrapasse determinado valor, a fixar pela entidade titular do serviço;----------

2- Bem como a adesão ao mecanismo automatizado de atribuição de tarifa social da água através do processo de interconexão e tratamento dos dados pessoais entre os serviços da Segurança Social, da Autoridade Tributária e Aduaneira e os municípios, no âmbito do disposto no Orçamento de Estado

de 2017.” ----------

---**GERMANO ARAÚJO** (PSD) - Fez a leitura do voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PSD que é do seguinte teor: ----------

---“ A Bancada parlamentar do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão, propõe um voto de louvor a Ivo Faria pela sua eleição para Chefe Nacional de Escutas. --

O famalicense Ivo Faria é o novo Chefe Nacional do Corpo Nacional de Escutas (CNE) escolhido para os próximos três anos, nas eleições para a Junta Central e para o Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional. ----------

O dirigente famalicense encabeçou a equipa “ lais de guia – nós que unem” que obteve a maioria dos votos, numa eleição que contou apenas duas listas. ----------

No Escutismo Católico Português concelhio, o famalicense é Instrutor na Expedição do Agrupamento 291 de Calendário, onde já desempenhou vários cargos, desde secretário em 1996 a Chefe de Agrupamento em 2006. Atualmente, na Região, é Diretor do Campo-Escola de Fraião – Braga. ----------

Para além de Ivo Faria, as eleições nacionais elegeram Joaquim Freitas, também residente no concelho, em Nine, apesar de ser natural de Guimarães, para chefe nacional adjunto. Para o Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional foi eleita a lista única, sendo o novo presidente deste órgão o dirigente da Região de Braga, António Cerqueira. Pela primeira vez na história do CNE, desde que há eleições para os órgãos nacionais, os órgãos executivo e fiscalizador do nível nacional são presididos por dois dirigentes da Região de Braga. ----------

Trata-se de uma eleição que dignifica e prestigia o concelho de Vila Nova de Famalicão, a qual auguramos o máximo sucesso na liderança do maior movimento juvenil em Portugal.”----------

---PAULO COSTA (BE) – Uma breve apreciação e manifestação da tendência de voto do Bloco de Esquerda. Eu sem o ser pavlovianamente mas iremos votar favoravelmente todas as propostas de moção, congratulação e etc. da CDU. Também votamos favoravelmente a recomendação relativamente à alternativa à EN14 do PSD, se bem que esta proposta nos merece alguns considerandos porque a questão não será tão cristalina como aqui apresentada, mas que é uma necessidade é. Relativamente ao voto de recomendação da Junta de Freguesia de Riba D’Ave, iremos também votar favoravelmente, não no sentido de que esta Freguesia tem que ter ou deveria ter todos os ciclos do ensino público obrigatório, mas porque há certamente toda a vantagem em que esta vila continue a ter escolas públicas ou a prestar serviço público em todos os ciclos educativos. Relativamente ao voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista também iremos votar favoravelmente. Relativamente ao voto de recomendação quanto ao cemitério de Riba D’Ave, também nos parece e aqui teceríamos um considerando realmente de espanto, como é que perante

tantas ilegalidades nos espantamos como é que é possível, há manifestamente atropelos à lei e como é que uma Junta de Freguesia, uma Câmara Municipal acabam por ser coniventes com isso. Também votamos favoravelmente a constituição de uma comissão relativamente aos terrenos de Talvai e da Devesa, já o manifestamos por mais que uma vez, é uma insistência do Partido Socialista e merece o nosso acompanhamento, é claro que votado ao insucesso certamente mas fica a tentativa. Relativamente ao último voto apresentado, o voto de louvor, iremo-nos abster. ----------

---PAULO PINTO (PS) – Queria demonstrar o sentido de voto do Partido Socialista relativamente a duas situações. Relativamente ao voto de congratulação do Nascimento de Lino Lima, naturalmente iremos votar a favor, e fica aqui a promessa que o Partido Socialista durante o próximo ano já à frente dos destinos da Câmara Municipal, irá apresentar a homenagem a Armando Bacelar. Relativamente à recomendação do PSD da alternativa à EN14, iremos votar favoravelmente, mas como uma espécie de declaração de voto, porque aqui no último parágrafo quando diz:- "que o governo decidiu adiar". O governo o que decidiu, o que anunciou, é que vai construir a verdadeira variante à EN14 e não o sucedâneo que não resolvia os verdadeiros problemas deste Concelho, fica aqui o objeto. ----------

---PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE RIBA D'AVE – Queria apenas perguntar ao senhor Deputado que falou sobre o cemitério de Riba D'Ave, em que é que se baseava para fazer acusações tão graves como ilegalidades? Todo o processo relativo ao cemitério de Riba D'Ave, eu já expliquei aqui nesta Assembleia todos os procedimentos que seguimos no terreno, a obra, foram vistoriados mais que uma vez, todo o processo foi acompanhado pelas entidades competentes e não há qualquer ilegalidade. Há um processo a decorrer e acima de tudo há uma necessidade de uma Freguesia que neste momento se depara com um problema muito grave que está muito acima das questões partidárias. ----------

---HUGO SAMPAIO (PS) – Eu confesso que quando vi aqui a senhora Presidente de Junta de Riba D'Ave, tive a esperança que viesse cá corroborar tudo aquilo que eu disse e questionar ao senhor Presidente de Câmara para quando uma solução, como é que ele se ia desembrenhar disto tudo. Depois, em que é que nós nos fundamentamos, é muito simples, no acórdão do Tribunal Central Administrativo e lá está explícito, efetivamente existem irregularidades. E se isso não fosse, hoje e há uns dias atrás não estávamos a discutir toda esta trapalhada em que a Câmara Municipal está metida. ----------

---RAQUEL PINTO (CDS/PP) – Eu vim aqui falar mais uma vez sobre a EN14 e sobre aquilo que o voto de congratulação do Partido Socialista vem aqui apresentar. Há dois anos atrás, o projeto que foi apresentado pelo anterior governo e orçado mais ou menos em 70 milhões, o PS dizia que este projeto não ia resolver os problemas, não resolve os problemas estruturais que existem, a verdadeira

obra não seja abandonada e possa vir a ser feita, isto pelo senhor Deputado, Paulo Pinto. Há dois anos atrás, não vai resolver os problemas um projeto com 70 milhões entre Famalicão e a Maia. Atualmente com um investimento de 5,37 milhões, em que não se sabe muito bem onde, não se sabe muito bem o quê, muito menos quando, em quatro anos mais ou menos, será aqueles quatro anos que não se sabe muito bem se mudar o ministro, pode vir a mudar, já nos vamos congratular sobre isso sem saber exatamente o quê. Afinal o que é que mudou em dois anos, o governo?----------

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE RIBA D'AVE** – Eu vinha só esclarecer que a obra do cemitério de Riba D'Ave não é uma trapalhada, é uma obra, é um cemitério aeróbio que foi referendado três vezes em eleições autárquicas. Sobre as duas primeiras eu não respondo, sobre a última eu respondo. Eu coloquei no meu plano eleitoral que defendia aquela solução, eu fui a cidadã mais votada nas últimas eleições autárquicas e não ia depois do dia 29 de setembro mudar a solução. Quem arranjou uma trapalhada por um capricho, talvez seja a pessoa que está na Assembleia de Freguesia pelo Partido Socialista e que sempre se absteve nas votações que fizemos, por que todas as obras passam pela Assembleia de Freguesia. Nada do que eu fiz foi por iniciativa só e unicamente da Junta de Freguesia, iniciativa da Junta de Freguesia que passa na Assembleia de Freguesia e é aprovada ----------

---**JORGE OLIVEIRA (PSD) –** Antes de mais queria informar que o Partido Social Democrata em todas as iniciativas que não acompanhar com um voto favorável irá apresentar uma declaração de voto por escrito nos termos do art.º 60, nº 8 ou seja, solicitando que lhe sejam concedidos dois dias, até ao segundo dia útil após a votação para apresentação desse mesmo documento por escrito. Referindo-me agora concretamente ao voto de congratulação do Partido Socialista sobre o programa de valorização das áreas empresariais. O partido Socialista não sabe em que é que consiste essa intervenção, não sabe que obras vão ser feitas, não sabe se o orçamento é ajustado à intervenção que eles conhecem, mas congratulam-se! O PS, esse não sabe quando é que as obras vão começar, muito menos quando é que vão terminar. Não sabe qual é a relação que existe, se é que ela existe, entre esta obra e as diferentes fases que estão previstas para a construção da alternativa à EN14. O PS não sabe, não sabe se estamos a falar do abandono definitivo daquela alternativa, até por que este é o único investimento estatal previsto. O PS não sabe, mas congratula-se! Congratula-se com aquilo que não conhece, o PS congratula-se por isso por um ato de fé, não da fé cristã, não da fé islâmica, mas na fé no sentido de confiança, no sentido de crença da palavra do governo Socialista. Nós respeitamos essa crença, nós respeitamos essa fé, mas nós não podemos comungar por ela e não comungamos por ela por muitas razões, mas como dizia o poeta brasileiro *Carlos Drummond de Andrade*:- " *há muitas razões para duvidar e uma só para crer*". Pois bem, senhores Deputados, o ciclo de mentiras, por que não há outro nome que se possa dar, o ciclo de mentiras que o governo

nos tem oferecido em torno e a propósito da construção da alternativa à EN14, só nos dá razões para duvidar e não temos nenhuma mesmo, nenhuma razão para crer. E por isso, naturalmente iremos votar contra. Ainda quanto ao voto de recomendação do PSD, apenas para dizer, senhor Deputado, Paulo Pinto, a obra foi adiada, isso é uma constatação, era para começar o ano passado e não começou foi adiada. Mas para não haver dúvidas, quem o diz também é o senhor Deputado, Nuno Sá, candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal, dizia ele num artigo de opinião de 24 de novembro de 2016: - "*ficamos por estes dias a saber que a variante à EN14 com nova travessia sobre o rio ave vai ser novamente uma realidade adiada";* E dizia mais ainda o senhor Deputado, para não haver dúvidas sobre aquilo que ele pensava desta decisão deste governo: - "*são argumentos esfarrapados em tecniquês para os quais já não há pachorra porque essa só mesmo para circular na EN14 e não ter uma síncope cardíaca".* ----------

***---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LINO LIMA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.*----------**

***---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AOS TRABALHADORES DA TESCO, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E SETE VOTOS CONTRA, DOIS VOTOS A FAVOR E QUINZE ABSTENÇÕES.*----------**

---O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – Apresentou declaração de voto que é do seguinte teor: ----------

---" Moção por melhores salários e emprego digno – trabalhadores da TESCO fazem greve pela 1ª vez. ----------

A Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, na Assembleia Municipal do dia 24.02.2017, a propósito da 1ª greve dos trabalhadores da TESCO, não refere a fonte dos dados apontados, pelo que não se sabe se os mesmos correspondem à verdadeira realidade das práticas laborais da empresa. ----------

Por outro lado, é do conhecimento público que a TESCO de Famalicão, a única base de produção na Europa do grupo, está a preparar uma terceira fase de expansão no concelho, que vai implicar mais investimento e mais emprego, permitindo o reforço do seu peso no seio do grupo, pois a partir de Famalicão haverá uma expansão dos negócios do mercado europeu. ----------

Pelas razões expostas, os membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata votaram contra a Moção por melhores salários e emprego dos Trabalhadores da TESCO." ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM TREZE VOTOS A FAVOR E QUARENTA E CINCO ABSTENÇÕES. ---

---

--- O GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP – Apresentou declaração de voto que é do seguinte teor: ---" Na sua declaração de princípios, o CDS enumera como inalienáveis e passíveis de defesa intransigente, as liberdades cívicas, a liberdade religiosa, a igualdade social do homem e da mulher, os direitos das minorias. Desde a sua fundação, tem o CDS primado pela defesa da igualdade social do homem e mulher, porque configura esta, parte importante do que define o humanismo personalista e os valores democráticos que constituem a sua base ideológica e doutrinária. A Constituição da República Portuguesa, estabelece, como tarefa fundamental do estado, promover a igualdade entre homens e mulheres, a especial proteção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto, e no seu artigo 109º, declara:- A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.----------

Tendo tido, historicamente, um papel preponderante na construção da Democracia na República Portuguesa, nomeadamente no seu texto mais importante, a Constituição da República Portuguesa, o CDS atribui superior importância aos direitos das mulheres. ----------

O voto de congratulação apresentado pela CDU a respeito da celebração do Dia Internacional da Mulher a 8 de Março, propõe num dos parágrafos:- Manifestar congratulação às mulheres portuguesas que em todos os domínios da sociedade portuguesa lutam por melhores condições de saúde, de trabalho, por uma educação de qualidade para as gerações futuras, pela justiça social e pelo progresso do País, com o qual, concordamos.----------

No entanto, abstivemo-nos na votação da moção da CDU, porque, no parágrafo que propõe:- Saudar a Manifestação Nacional das Mulheres, a Voz das Mulheres pela Igualdade, Direitos, Desenvolvimento e Paz, que se realiza no dia 11 do próximo mês de março, em Lisboa. Só pela luta se defendem os direitos e a participação das mulheres em todos os domínios. A moção da CDU alude para uma manifestação, ainda a realizar, que o CDS entende correr o risco de configurar uma abordagem doutrinária historicamente associada aos valores do Marxismo-Leninismo, o que desvirtuaria o carácter universalista e ideologicamente transversal, da defesa dos direitos das mulheres." ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE Á TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS

***LOCAIS, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E SETE VOTOS CONTRA, DOIS VOTOS A FAVOR E CATORZE ABSTENÇÕES.*----------**

---O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – Apresentou declaração de voto que é do seguinte teor: ----------

---" Moção sobre a transferência de competências para as autarquias locais. ----------

Portugal é, ainda hoje, pese embora a enorme evolução do poder autárquico nestas quatro décadas, um país demasiado centralizado. Como grande partido das autarquias, o PSD está consciente da necessidade de promover esta descentralização para levar Portugal em frente, olhando com uma perspetiva reformista para o poder local, para que, de facto, seja possível com a execução de uma reforma descentralizadora mais ambiciosa alcançar uma maior coesão social, económica e territorial. Os ganhos de eficiência e eficácia que, segundo um princípio de subsidiariedade, a aproximação das decisões aos problemas, no âmbito de uma organização administrativa mais descentralizada, pode potenciar, são indiscutivelmente imensos. O XIX Governo Constitucional liderado pelo PSD e CDS-PP deu corpo a tal desiderato, e procedeu a uma profunda reforma ao nível das atribuições e competências das autarquias locais, definindo claramente o regime jurídico daquelas, das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Saliente-se que o anterior Governo, na sequência do Programa de Descentralização de Funções Sociais que definiu, implementou a tão almejada descentralização, em especial nos domínios da educação, saúde, cultura, segurança social e transportes, o que se traduziu no mais forte impulso descentralizador das últimas décadas em Portugal. Não obstante, e na senda das políticas que vinham a ser seguidas, entende o PSD ser ainda necessário e imprescindível aprofundar o princípio da descentralização, mormente em matérias de educação, saúde, ação social, gestão territorial, gestão florestal, gestão da orla costeira, medicina veterinária, saúde animal e segurança alimentar. Consequente com os princípios que sempre defendeu, o Partido Social Democrata é, até ao momento e considerando a XIII Legislatura, a única força politica que apresentou ao país propostas concretas sobre descentralização de competências, convictos que os autarcas portugueses estão devidamente preparados para receber mais competências e atribuições.----------

Neste contexto a Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, parcialmente, isto é, relativamente a alguns dos seus considerandos e dos seus pontos conclusivos, poderia com naturalidade ser votado favoravelmente pelo Grupo Municipal do PSD.----------

Sucede, porém, que a Coligação Democrática Unitária solicita à Assembleia Municipal que delibere sobre um conjunto de propostas, as quais têm como ponto de partida os "projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR". Ora,

desconhece-se em absoluto a redação final desses projetos de diplomas. O primeiro sabe-se que foi submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Ministros, não se sabendo, contudo, em que termos. O segundo não chegou tão pouco a essa fase. ----------

Neste contexto, em nome do rigor e da seriedade no debate politico, o Grupo Municipal do PSD não pode acompanhar uma Moção que apresenta como fundamentos da sua apresentação, diplomas do Governo que ninguém conhece a não ser o próprio governo." ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE Á TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E QUATRO VOTOS CONTRA, DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES.----------

----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD RELATIVAMENTE Á ALTERNATIVA À EN14, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. ----------

----

---POSTO Á VOTAÇÃO VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELA SENHORA PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE RIBA D'AVE RELATIVAMENTE AO SERVIÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E CATORZE ABSTENÇÕES.----------

----

---POSTO Á VOTAÇÃO VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS RELATIVAMENTE AO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS EMPRESARIAIS, FOI O MESMO REJEITADO, COM QUARENTA E OITO VOTOS CONTRA, DOZE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.----------

----

---POSTO Á VOTAÇÃO VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS RELATIVAMENTE AO CEMITÉRIO DE RIBA D'AVE, FOI O MESMO REJEITADO, COM QUARENTA E OITO VOTOS CONTRA, CATORZE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.----------

----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS RELATIVAMENTE AOS TERRENOS DA DEVESA E DO TALVAI, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E OITO VOTOS CONTRA E CATORZE VOTOS A FAVOR. -

----

---O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – Apresentou declaração de voto que é do seguinte teor: ----------

---" Proposta para a constituição de uma comissão eventual para analisar a cedência de terenos que vieram a integrar o denominado Parque da Devesa e dos terrenos do Talvai.----------

Há falta de melhores argumentos o Partido Socialista continua a fazer daquela que é uma das mais importantes obras do concelho – o Parque da Devesa - o seu tema preferido de chicana politica.------

Pela quinta vez, o Partido Socialista submete à apreciação da Assembleia Municipal uma proposta para a constituição de uma comissão eventual para analisar a cedência de terenos que vieram a integrar o denominado Parque da Devesa e dos terrenos do Talvai.----------

A primeira vez ocorreu a 30 de março de 2015. Seguiram-se idênticas iniciativas a 27 de abril e 11 de dezembro de 2015, 29 de abril de 2016 e, por fim, 24 de fevereiro de 2017. Rejeitadas as propostas, estas são sistematicamente reapresentadas sem que se esgrima qualquer facto ou argumento novo.----------

Como é consabido, as decisões camarárias em apreço foram objeto de agendamento, discussão e votação específica em sede de executivo camarário, o mesmo acontecendo, posteriormente, no órgão deliberativo municipal. ----------

Todas as questões foram oportunamente respondidas. Todos os documentos solicitados foram exibidos. A transparência tem sido total. Refira-se que todas as decisões camarárias foram sujeitas ao crivo do Tribunal de Contas e os acordos alcançados o foram na constância de ações judiciais, homologados por sentença judicial transitada em julgado.----------

Recorde-se que o Partido Socialista começou por propor a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, quando esta figura não existe ao nível das Assembleias Municipais. Não é sério propor a criação de uma comissão dotada de poderes de investigação criminal sabendo-se de antemão da sua impossibilidade legal. O Partido Socialista fê-lo. É certo que em futuras propostas mudou a denominação para Comissão Eventual, mas os termos e os fundamentos não se alteraram.----------

Mas afinal o que pretende o Partido Socialista averiguar, cuja resposta não tenha sido já oferecida? Nada. Não pretende averiguar nada. Pelo menos nunca disseram, em concreto, o que queriam averiguar. Na verdade, diga-se, não há nada para averiguar. Subsiste apenas a manifesta intenção de poderem continuar a trilhar o caminho das insinuações e das falsas acusações. O que nos permite afirmar que o Partido Socialista não é capaz de se mostrar consequente com as falsas acusações que produz. Se o fosse teria apresentado as competentes denúncias criminais ao Procurador da República, junto da Instância de Vila Nova de Famalicão. Não o fez. ----------

Finalmente, se como gosta de afirmar a questão não é jurídica, mas antes politica, então esta foi ultrapassada quando assembleia municipal sobre ela se pronunciou, melhor, quando deliberou tudo

aquilo que tinha para deliberar. Não respeitar essa circunstância, é desrespeitar a própria assembleia municipal e a sua legitimada conferida pelo voto popular.----------

Pelas razões expostas, os membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata votaram contra a Proposta de constituição de uma comissão eventual para analisar a cedência de terenos que vieram a integrar o denominado Parque da Devesa e dos terrenos do Talvai." ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE RELATIVAMENTE Á TARIFA SOCIAL DA ÁGUA, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E OITO VOTOS CONTRA E QUINZE VOTOS A FAVOR. **----------**

---O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – Apresentou declaração de voto que é do seguinte teor: ----------

---" Proposta de Recomendação da Criação da Tarifa Social da Água e implementação automatizada da mesma. ----------

A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão já tem em funcionamento uma tarifa social da água, cujo processo permite conceder apoios às famílias do concelho que não têm capacidade de pagar a sua fatura da água. ----------

Pelo que se conhece este processo é eficaz e tem a vantagem de permitir um maior acompanhamento por parte da ação social do município. ----------

Pelas razões expostas, os membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata votaram contra a Proposta de Recomendação do BE da Criação da Tarifa Social da Água e implementação automatizada da mesma." ----------

---POSTO Á VOTAÇÃO VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD RELATIVAMENTE Á ELEIÇÃO DO SENHOR IVO FARIA AO CARGO DE CHEFE NACIONAL DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. **----------**

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Deu início à ordem de trabalhos. ----------

----------ORDEM DO DIA ----------

---PRIMEIRO PONTO – Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. ----------

---DOMINGOS COSTA (CDU) – As primeiras palavras são dirigidas naturalmente a esta Câmara Municipal, no que respeita e reforçando a nossa congratulação pelas comemorações do centenário do nascimento de Lino Lima. Nesta situação dizer que esta congratulação passa sobretudo pela

forma e pela adesão com que desde logo no início tal foi congeminado, para ser levado por diante com o esforço por parte da Câmara, a colaboração nossa e a do PCP. Por outro lado relacionado com a terça-feira passada, registar que, muito naturalmente, nos congratulamos não só muito em especial com o ficar fisicamente para a memória coletiva o nome de Lino Lima na Praceta que é designada com o seu nome, Praceta lino Lima, muito próximo aqui dos Paços do Concelho e depois também no seguimento dessa mesma inauguração o facto de ser a seguir acompanhados pelo Secretário-geral do PCP e pelo senhor Presidente da Câmara após a inauguração da mesma Praceta à Exposição patenteada no átrio da Câmara com documentos alusivos sobretudo à vida, enfim à biografia do nosso camarada Lino Lima, foi portanto, um lutador pela liberdade e pela democracia. Finalmente, registar que com muito agrado o acorrer de muita gente à Sessão Solene presidida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, na qual interveio o senhor Presidente da Câmara, um familiar de Lino Lima, Dr. José Manuel Aguiar e finalmente o Secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa. Este registo não pode passar em branco sem também referir o grande número de pessoas presentes, que certamente já há muito tempo não terá sido visto pelo próprio Salão Nobre da Câmara Municipal, ficou a abarrotar cheio de gente, amigos democratas deste e de concelhos vizinhos, familiares e políticos. ----------

De seguida gostaríamos de fazer aqui uma breve referência à informação do senhor Presidente, e a referência vai desde logo para aquilo que já ao ano passado colocámos ao senhor Presidente da Câmara. No concreto, tem naturalmente a ver com a proteção das florestas e que se diz aqui que estão já encetadas diligências no sentido de acautelar o habitual clima de incêndios que é acometido nesta altura do verão, ainda não estamos lá mas quando lá chegarmos e como tal, defendemos e temos continuado a defender que era muito importante que a Câmara de uma vez por todas, encetasse esforços para que fossem recrutados trabalhadores para esta tarefa e para tarefas do género para durante o ano. Nós achámos que só há uma forma de dignificar de facto o trabalho, não é por via de um trabalho ocasional, mas é sim, por um trabalho efetivo, com um contrato efetivo, por que dessa forma ganhámos todos, ganha a dignidade do ser humano, dos trabalhadores e ganha o concelho com mais trabalhadores que sairão do desemprego. E portanto, achámos que não é recorrendo a trabalhadores que estejam no fundo de desemprego ou de outro género e que a tempo parcial se podem resolver problemas de emprego quando há trabalho para ser desempenhado. Gostaríamos também de referir relativamente a uma outra questão, tem a ver com o trânsito e com a segurança rodoviária e isto está à vista de toda a gente. Começamos por verificar que o centro desta cidade em horas chamadas de ponta, é um problema sério a circulação, principalmente em determinadas ruas quais sejam as daquele eixo central juntos às escolas e adjacentes. Achámos que a Câmara deve arranjar forma de este trânsito poder afluir por forma a não ficar muito acumulado, é

ver-se os automóveis estacionados em transgressão nítida, em situações paralelas ao estacionamento ocupando muito as faixas de rodagem e o que impede a circulação de afluir com naturalidade. Nesse sentido era importante a regulação do trânsito e porventura com maior orientação por parte dos Agentes da Polícia Municipal, e essa poderia ser uma forma, acautelando desde logo as situações desde a estação do caminho-de-ferro até à central de camionagem como é evidente passando pela zona escolar, orientando da melhor forma o trânsito e fazendo-o circular para não ficar entupida aquela zona, isto tanto acontece de manhã mas principalmente no final do dia. Finalmente e já na área propriamente dos transportes, nós tivemos conhecimento através de um determinado sindicato, intitulado de SINDEQ (sindicato das indústrias e afins), que estariam efetuadas diligências com a Câmara Municipal para que fosse criado um circuito de transportes para os trabalhadores da Mabor. Gostaríamos de saber se isto, de facto, corresponde e em que medida é que está esta situação a ser vista, para que possamos por um lado, estar informados da situação e por outro lado, para também sabermos se isto corresponde ou não à verdade daquilo que é dito nesse panfleto. ----------

---**NUNO SÁ (PS) –** Senhor Presidente da Câmara Municipal, vou-lhe colocar um conjunto de questões neste período da Ordem do Dia, para as quais os famalicenses têm direito a respostas claras e ao assumir da sua responsabilidade. Ao mesmo tempo são perguntas que factualmente e de forma muito objetiva demonstram falta de transparência, má gestão, perda de oportunidades e desperdício de recursos, e o responsável é o Presidente da Câmara de Famalicão. Claro tudo sempre bem encoberto por reportagens fotográficas bonitas que enchem muitas e muitas páginas de jornais, elaborados comunicados de imprensa e autopromoção e propaganda, mas as questões são e evidenciam o que acabei de dizer. ----------

Loja do Cidadão. Quando é que o senhor Presidente da Câmara Municipal vai assumir as suas responsabilidades relativamente à oportunidade que perdemos desde junho de 2015 e estamos em 2017. Senhor Presidente da Câmara Municipal, para onde foram 27 mil euros mais Iva em projetos de especialidade que nunca apareceram sabemos hoje, dito pela Secretária de Estado que tem a responsabilidade tutelar da Agência de Modernização Administrativa, está na internet, está numa gravação de uma audição parlamentar, aliás em resposta ao senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira. Senhor Presidente, a quem estão a ser pagas rendas há dois anos, desde 2015, 3 mil euros mês que o Município paga por um espaço que não está a ser utilizado, o antigo Inô, a quem estão a ser pagas estas rendas senhor Presidente. Plano de investimento 5.37 milhões de euros do governo do Partido Socialista em Famalicão. O senhor Presidente disse em reunião de Câmara, que não sabia do que se tratava e portanto, votou contra, votou contra imagine-se, o representante dos famalicenses votou contra 5.37 milhões de euros de investimento no nosso concelho. E disse-nos à data, eu não sei do que é que se trata, pois não sabia, prescindiu de prestar informações hoje porque não sabe nem quer

saber, é que se pode concluir senhor Presidente, mas terá oportunidade de esclarecer esta questão. E como é que o senhor Presidente não sabe. E de que é que está à espera para rapidamente dialogar com o governo e passar do anúncio das obras à execução dos investimentos. Faça o seu trabalho e deixe a propaganda, as fotografias e os comunicados, faça trabalho por Famalicão. E o senhor Presidente diz, eu não sei o que são estes investimentos, o governo não me disse, também não sei o que é que fez para saber. Mas saberemos se fez ou não alguma coisa, o passado não tem dado mostras de fazer muito. Mas com total, desculpe-me senhor Presidente, com total ligeireza e inconsciência política, mas numa atitude de total inconsciência, porque só alguém que diz, eu não sei do que é que se trata mas voto contra, então qual foi a consciência do seu sentido de voto. Não sabe do que é que se trata, mas vota contra. Os famalicenses ficaram a saber que o Presidente da Câmara de Famalicão vota contra este investimento, portanto, Famalicão deu a entender ao governo, não invistam cá 5.37 milhões de euros que o Presidente de Câmara até nem quer, vota contra. Variante à EN14, senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, faz muito bem em ler os meus artigos de opinião, tenho pena de não poder continuar a escrever nesse jornal desde há uns dias pelas minhas novas responsabilidades no concelho, faz bem em ler e deve continuar a ler aconselho. Tirando a questão da fé, da boa ou má-fé, a minha foi a boa-fé, aconteceu-nos algo muito semelhante senhor Deputado, o senhor Deputado Jorge Oliveira, também foi para a Assembleia da República questionar a senhora Secretária de Estado da Modernização Administrativa, dizendo que a Câmara de Famalicão tinha feito tudo o que lhe competia, todos os projetos, estava tudo pronto para termos a loja do cidadão em Famalicão. Ouviu a resposta não ouviu, senhor Deputado, não fez. A senhora Secretária de Estado disse, como eu lhe estou a dizer olhos nos olhos, não fez nada, os projetos de execução de especialidade nunca apareceram desde 2015 e, por isso, é que não temos loja do cidadão em Famalicão, a responsabilidade é da Câmara Municipal, foi isto que ela lhe disse e está disponível em vídeo para consulta. O senhor Deputado foi enganado, acontece, alguém anda a enganar alguém, senhor Deputado, alguém anda a enganar os famalicenses, mas vai deixar de enganar. Porque relativamente à EN14, de facto, eu escrevi esse artigo, porque achava eu que o senhor Presidente da Câmara Municipal que aqui está, Doutor Paulo Cunha, tinha feito mais uma vez todos os estudos, projetos para haver nem que fosse um arruamento, uma coisa *lowcost*, sempre o PS apoiou, nós queríamos a Variante a sério. Mas no debate do Orçamento para 2017, mais uma vez são factos, está disponível para consulta, o senhor Ministro disse:- " nunca foram entregues os procedimentos, os documentos, os trabalhos", para haver sequer a tal dita Variante *lowcost*, eu não sabia deste facto, porque estava de boa-fé. Mas percebi agora que, declaração de impacto ambiental, relatório de conformidade ambiental, relatório para travessia da ponte sobre o rio ave, nunca apareceu no governo PSD/CDS-PP. Anunciou-se, foi como a loja do cidadão, ficou assim, não se

faz mais nada, eu estava de boa-fé quando escrevi esse artigo e pensei de facto, que isto tudo já estivesse pronto, não estava, é o normal. Cemitério de Riba D'Ave, 115 mil euros para aquisição do terreno, inauguração do cemitério, obras, tudo bonito para os comunicados e para a fotografia. Uma grande embrulhada judicial, os tribunais não decidem por capricho, decidem com base no princípio da legalidade e da lei. O facto que nós hoje conhecemos e é um facto, não é opinião, é que o tribunal chamado a pronunciar-se sobre a questão do cemitério de Riba D'Ave disse que foram cometidas ilegalidades, não estamos a falar de crime, não se assuste senhora Presidente de Junta, estamos a falar de ilegalidades, mas a responsabilidade maior é da Câmara Municipal mais uma vez. Como é que isto se resolverá senhor Presidente. Falta de transparência repito, quase 600 mil euros quase de uma só vez em ajustes, em contratos de prestação de serviços, uma só reunião de Câmara Municipal, record, precisamente no último ano do fim do mandato do senhor Presidente da Câmara Municipal. Isto é habitual, isto alguma vez aconteceu, isto é confortável para os famalicenses, 600 mil euros numa só reunião de Câmara ajustes diretos de prestação de serviços, para quê. Desemprego, deixe-me terminar senhor Presidente, com algo verdadeiramente fantástico mas que é revelador de que tudo isto é *show-off*. O senhor Presidente disse aqui com um ar convicto na última reunião da Assembleia Municipal, isto é revelador para os famalicenses da credibilidade e convicção, e a credibilidade que lhe podemos emprestar ao que afirma, " *em Famalicão, eu estou tranquilo, só temos qualquer coisa como 5 mil e qualquer coisa de desempregados",* recorda-se senhor Presidente, está gravado, está em ata e eu dei à Mesa a ata, só se a ata foi mal escrita e os serviços têm que ver o que é que se passa, eu li a ata da última reunião, o senhor Presidente afirmou que tínhamos 5 mil e poucos inscritos. Os Deputados do PSD reuniram em dezembro de 2016 no Centro de Emprego em Famalicão, que disse que em Famalicão haviam 8 mil desempregados inscritos no Centro de Emprego. Portanto, senhor Presidente, preocupe-se, tudo isto é factual e tenho os recortes que o comprovam e a última ata da reunião da Assembleia Municipal. Em três meses em Famalicão o desemprego entre setembro de 2016 e dezembro de 2016 subiu 3 mil novos desempregados. Senhor Presidente, isto só resulta de uma coisa, falta de transparência, má gestão, perda de oportunidades e desperdício de recursos acompanhada de muita propaganda.----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, Domingos Sousa, eu quero aproveitar o facto de neste período das informações, ter feito alusão à homenagem ao Doutor Lino Lima, como sabe teve início na passada terça-feira, mas que tem um conjunto de outras ações, nomeadamente, colóquios e a publicação de uma Biografia que será também uma Coletânea de testemunhos acerca da sua vida e da sua obra. Quero também aproveitar para partilhar com a Assembleia Municipal que talvez tenha sido uma iniciativa pouco comum, talvez os famalicenses não estejam habituados a iniciativas deste tipo, mas a Câmara Municipal, neste caso como em todos

os outros em que se justifique, aliar-se-á a qualquer força política desde que essa associação à força política seja a forma certa de fazer a justa homenagem e foi o caso. Desde o início o Partido Comunista Português teve uma enorme disponibilidade, um grande empenho e um grande contributo para tudo o que já se fez nesta matéria e tudo o que se fará em relação à mesma. Acompanho em tudo o que disse sobre o assunto, nomeadamente, a enorme adesão que pude testemunhar no Salão Nobre, que foi pequeno para acolher todos quantos quiseram estar presentes nesta iniciativa, de diferentes idades e proveniências, não escondo a minha satisfação por aquilo que fizemos com o Partido Comunista Português em Famalicão.----------

Sobre a questão que me coloca do recrutamento de trabalhadores para combate aos incêndios. Oh! Senhor Deputado, também gostava que assim fosse, acontece é que há uma oscilação nas tarefas, nós não podemos ter o número de trabalhadores que precisamos de maio a setembro e depois de outubro a abril não termos o mesmo volume de serviço que é necessário. Nós também queremos ao nível da gestão das florestas novas competências e novas ações, se isso acontecer nós podemos intensificar dinâmica preventiva e ai haverá mais estabilidade nos vínculos. Agora compreende que enquanto não houver essas alterações legislativas e as competências não acrescentarem do lado da Câmara Municipal, nós temos uma ação muito restrita no tempo porque tem um carácter sazonal. É essa sazonalidade de ação que justifica que a contratação seja por esse período, mas concordo consigo, tudo faremos para que essa situação se ultrapasse. ----------

Aumento do trânsito na cidade, é verdade, tem duas razões na minha opinião. A primeira é o dinamismo na cidade, a cidade está mais dinâmica, dinamismo comercial e se hoje há mais automóveis na cidade há mais pessoas na cidade, é porque há mais razões na cidade para que venham mais pessoas para a cidade. Nós achámos que há uma outra razão que acrescenta a esta, tem a ver com o parque escolar. Como é sabido, há um conjunto de decisões tomadas por este governo que fez com que algumas escolas que mantinham um contrato de associação com o Estado tivessem diminuído o número dos seus alunos e isso ao acontecer nos segundos e terceiros ciclos do secundário, faz com que alguns jovens que anteriormente frequentavam com contrato de associação agora frequentem escolas na cidade, nomeadamente, as duas escolas secundárias que temos na cidade. Esse facto, estamos a analisar e é na minha opinião um contribuinte líquido para o aumento do número de circulação, nomeadamente, de automóveis na cidade. Mas quero que saiba, que há duas medidas que estão a ser implementadas que estão a contribuir para minorar esse efeito. A primeira tem a ver com a abertura do parque de estacionamento junto à CP, está a ajudar a criar condições do ponto de vista do estacionamento para que se desafogue a circulação na estrada. Segundo, o “Voltas” que está a ser um processo de enorme sucesso, que tem permitido que os parques periféricos da cidade sejam cada vez mais utilizados e o percurso citadino que o “Voltas”

faz, permite que muitas pessoas que outrora vinham para a cidade com outro meio de transporte possam fazê-lo com esse transporte público.----------

Sobre uma questão concreta do SINDEQ, senhor Deputado, é verdade, nós estamos a trabalhar, a senhora Vereadora da Mobilidade está comigo a trabalhar com representantes nomeadamente, sindicais mas não só, da Continental e de outras empresas, porque durante muitos anos o problema do transporte era pensado só ao acesso nomeadamente, a escolas e equipamentos públicos. Mas é preciso pensar o transporte público do acesso às empresas e se nós temos algumas zonas, como é o caso da zona que citou Lousado, onde temos uma grande concentração de empresas, o caso mais flagrante porventura a Continental que tem grandes fluxos de pessoas com horários previamente determinados, se nós conseguirmos encontrar uma solução de transporte que permita a criação de um circuito ajustado aos horários das empresas e que faça a ligação entre a cidade nomeadamente, os seus parques periféricos, a zona industrial, a Forave e a estação de comboios de Lousado, eu penso que estamos a fazer um bom serviço à comunidade. É esse trabalho que está a ser feito, foi um trabalho testemunhado pelo SINDEQ que esteve connosco por ocasião da visita do Secretário-geral da UGT há pouco tempo atrás. ----------

---Senhor Deputado, Nuno Sá, sobre a loja do cidadão, senhor Deputado, eu para não estar a repetir muito do que já foi dito e é público, quero dizer-lhe o seguinte, nunca fiz nenhum comentário sobre nenhuma declaração de nenhum membro do governo do Partido Socialista, nem de nenhum membro de qualquer outro governo, nem farei nenhum comentário sobre as declarações da senhora Secretária de Estado que prezo e com quem tenho conversado sobre vários assuntos. Quero tão só dizer ao senhor Deputado o seguinte, provavelmente o senhor não leu a resolução aprovada em Conselho de Ministros. Eu vou citar-lhe aqui só dois parágrafos senhor Deputado, é uma resolução aprovada no dia 2 de janeiro deste ano, diz no texto preambular à resolução no 2º parágrafo o seguinte:- *" alargar a rede de lojas do cidadão é um compromisso do atual governo, dando assim continuidade a um projeto de modernização da rede de serviços públicos iniciado há dezoito anos, renovo, é um compromisso do atual governo".*----------

No ponto 9 dessa mesma resolução diz o seguinte, senhor Deputado:- *" cite-se determinar que os requisitos e as condições enunciadas nos números anteriores para a instalação de novas lojas do cidadão, se encontram preenchidas no caso dos municípios identificados no anexo1".* O caso de Famalicão é um caso que está no anexo1, sabe o que isto quer dizer, senhor Deputado, é que o governo diz que Famalicão cumpre todos os requisitos para ter uma loja do cidadão. Se não cumprisse, senhor Deputado, Famalicão não aparecia na listagem, se não cumprisse não estava aqui. Sabe o que é que nos diverge, é que para mim é urgente a loja do cidadão, para si porventura não é tão premente quanto isso. Mas eu se calhar ao contrário do senhor Deputado, conheço muito bem os

serviços públicos, no registo civil, visite-os senhor Deputado, no registo predial, no registo comercial, a segurança social, e veja as condições em que trabalham essas pessoas e os utentes são atendidos. Senhor Deputado veja a resolução que o seu governo aprovou, que o seu governo aprovou, que mapeou a criação da loja do cidadão como tarefa do governo. O senhor Deputado está a procurar criar a convicção de que criar lojas do cidadão é uma tarefa da Câmara Municipal, mas olhe senhor Deputado, há história, há memória, nos dois governos de José Sócrates criaram-se muitas lojas de cidadão no País, quer alguns exemplos, Borba, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso, Murça, Resende, Campo Maior, Santo Tirso, Tarouca, Palmela, são alguns exemplos de lojas do cidadão que os governos do Partido Socialista criaram no País, não criaram em Famalicão senhor Deputado.----------

Sobre o investimento na EN14, senhor Deputado, sabe que, quando eu tomo uma posição pública, eu tenho que estar consciente da posição que estou a tomar e tenho que ser conhecedor das circunstâncias com base nas quais formo a minha consciência senhor Deputado, eu funciono assim desculpe lá, eu não voto em vão, não voto no escuro, não voto no desconhecido. Aliás, sempre foi meu timbre, sempre fui assim senhor Deputado, não vou mudar agora e portanto, quando foi apresentada uma proposta, já agora aceite fazer um bocadinho de história, eu convidei o representante da proposta para que a proposta não fosse votada enquanto não houvesse conhecimento das circunstâncias, sabe disso senhor Deputado, foi a proposta que eu fiz, que não fosse votada enquanto não houvesse conhecimento das circunstâncias. Quem apresentou a proposta legitimamente entendeu que não devia retirar a proposta e manteve-a. Portanto, para que fique bem claro, nós votamos contra porque não conhecemos a proposta. ----------

---**JORGE OLIVEIRA (PSD) –** Senhor Deputado, Nuno Sá, tenho a felicidade e infelicidade nalguns casos de assim ser enganado, mas no caso concreto tenho a felicidade de não ter sido enganado. Agora, eu sinceramente, senhor Deputado, eu não sei se o senhor foi enganado, ou se deixou enganar por força das circunstâncias da sua vida política, da vida política autárquica quero-me referir, não à outra, a sua vida política autárquica é nessa circunstância que me quero referir a de assumir a candidatura à Câmara Municipal. E porquê, senhor Deputado, vamos por partes, o senhor Deputado não pode negar, nem ninguém o pode negar neste País, que o governo mentiu e mentiu descaradamente quando em sede de discussão do Orçamento de Estado, afirmou, não existirem estudos ou quaisquer projetos relativamente à construção da Alternativa à EN14. ----------

Dizia o senhor Ministro do Equipamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques:- *“ quando cheguei ao governo só encontrei PowerPoint’s”.* Quem diz isto, é a mesma pessoa que tinha conhecimento que naquele exato momento, estava a decorrer um concurso público para a 1ª fase da obra englobando a trajetória entre o Nó do Jumbo da Maia até à Trofa. Por isso dizer, eu não

conheço nenhum projeto, não conheço nenhum estudo, só *PowerPoint's,* quando a obra está concursada, é uma mentira descarada. ----------

Depois, senhor Deputado, o mesmo Ministro e desta vez corroborado pelo Ministro-adjunto, Dr. Eduardo Cabrita que dizia:- *" esta obra não pode avançar porque não está cabimentada".* Bem, se a obra estava concursada era impossível não estar cabimentada, segunda mentira descarada. ----------

Terceira mentira, dizia novamente o mesmo Ministro em apreço:- *"para esta obra avançar é preciso que o povo português pague mais impostos ou lhes cortemos nos rendimentos"*. Senhor Deputado, fazer esta afirmação de facto, é de uma mentira descarada. Não pode ser entendido de outra forma, de uma obra que estava concursada e cabimentada na 1ª fase.----------

E depois repare bem, senhor Deputado, no último dia de apresentação de propostas para a 1ª fase, diz o senhor Ministro do Equipamento e das Infraestruturas:- *" temos que reavaliar o projeto".* Repare bem, senhor Deputado, no último dia para apresentação da proposta. Senhor Deputado, sabe em que ponto está a 1ª fase dessa obra? Olhe! Exatamente no mesmo sítio, está na análise de propostas desde o dia 9 de junho de 2016. Desde o dia 9 de junho de 2016 que esta análise das propostas foram simplesmente colocadas na gaveta. Diz o senhor Deputado, que eu fui enganado! E que o senhor sentiu-se enganado, ou foi enfim, enganado de alguma forma por afirmações do senhor Presidente da Câmara e por isso escreveu aquele artigo de opinião. Oh! Senhor Deputado, tenha paciência, nós não somos nenhuns totós, não somos totós como deve imaginar. Oh! Senhor Deputado, mas mais ainda, o senhor Ministro voltou a mentir, quando disse aqui uma mentira que tem uma parte verdadeira, quando diz assim:-*" mas quanto à 2ª fase não há ainda o estudo de impacto ambiental".* É verdade, e porque é que não há estudo de impacto ambiental? Porque o governo simplesmente abriu concurso em fevereiro e fechou. E enquanto não concluir o concurso do estudo para a construção da ponte, não é possível fazer o estudo do impacto ambiental. É verdade, não há estudo de impacto ambiental, mas de quem é a culpa? É do governo, que simplesmente não adjudica o concurso para o efeito. Oh! Senhor Deputado, e o senhor Deputado diz que foi enganado pelas declarações do senhor Presidente da Câmara e por isso é que escreveu aquele artigo de opinião, foi por isso? Oh! Senhor Deputado e o governo voltou a mentir, ainda voltou a mentir quando diz, e o senhor diz que se sente enganado pelo senhor Presidente da Câmara porque pensava que havia estudos para o resto, mas eu vou dizer-lhe senhor Deputado, sabe em que fase está a 3ª fase e a 4ª fase. A 3ª fase diz respeito à administração da EN14, lugar de Santana e vitória, o projeto está feito e apenas está em análise pela técnica do IP, veja-se lá há um ano! Mas o senhor Deputado acha que, foi enganado pelo senhor Presidente da Câmara porque o senhor Ministro é que falou verdade! E a 4ª fase, que é a duplicação da EN14, entre o lugar de Vitória e a Rotunda à Variante de Famalicão, sabe o que é que está a acontecer com esta fase? De acordo com a

informação, repare, isto são informações que o senhor Ministro prestou diretamente e por escrito, que também pode ser consultado pelo senhor Deputado na página da internet, e passo a citar:- *"aguarda-se a revisão do projeto de execução",* há um ano, está a aguardar há um ano! E depois, o senhor Deputado escreve aquele artigo e diz que foi enganado pelo senhor Presidente da Câmara. E estamos nisto! Oh! Senhor Deputado, eu não sei se o senhor foi de facto, enganado, se está a deixar ser enganado. Eu seguramente não fui e os famalicenses também não! E termino também com isto senhor Deputado, dizendo que o governo mentiu pela última vez, mentiu pela última vez quando afirmou que, a obra só podia ser feita de forma integral quando antes admitiu e levou à solução de ser faseada. Isto é impressionante! Aquilo que antes era bom passou a ser mau de um momento para o outro, e o senhor Deputado escreveu um artigo de opinião a dizer que foi enganado pelo senhor Presidente da Câmara. E estamos nisto, senhor Deputado! Termino não nesta parte, mas voltando a um outro assunto que ainda tenho tempo. Oh! Senhor Deputado, agora fiquei aqui na dúvida, se de facto, o senhor é capaz de saber mais do que nós nalgumas coisas. Eu vou-lhe explicar porquê, se sabe é mau sinal por uma razão que lhe vou explicar. O senhor Deputado, Paulo Pinto, fez aqui uma afirmação curiosa há instantes:- *"nós vamos construir a verdadeira alternativa à EN14".* Oh! Senhor Deputado, o que é que isso significa? Significa que tudo o que nós estivemos a fazer até agora vai para o caixote do lixo? Aquele projeto com 4 fases, vai para o caixote do lixo? É isso que o senhor quer dizer? O senhor deve ter dados suficientes para ter feito essa afirmação. E o senhor Deputado, Nuno Sá, diz que o senhor Presidente da Câmara não sabe. Ora, eu presumo que o senhor para votar a favor e não foi por fé, não a fé cristã, nem a islâmica que aqui falei, mas a fé na palavra, na crença e na honradez da palavra de um governo Socialista, é porque o senhor sabe algo mais que o senhor Presidente da Câmara e sabe algo mais que os portugueses. Significa que o senhor tem acesso a informação privilegiada. Oh! Senhor Deputado, se tem, eu lanço-lhe aqui o desafio, o senhor é capaz de explicar o que é que significa essa obra de que estamos aqui a falar, de acesso aos parques industriais. O senhor quer, a nós e à Câmara, eu acho que era devida essa sua explicação, explicar que relação ela tem com o anterior projeto. Ai! Não sabe? Não sabe, mas acredita em quem ele lhe mentiu até agora e faz um artigo de opinião para dizer mal do senhor Presidente da Câmara! -

---CARLOS CARVALHO (CDS/PP) – Eu tenho uma questão mais direcionada à loja do cidadão, uma vez que foi anunciada a visita da senhora Secretária de Estado da Modernização a Famalicão. Foi anunciado que ela viria cá explicar a todos os famalicenses, aliás, até foram convidados todos os famalicenses a visitar a sede do Partido, confesso que não sei porque é que era na sede do partido, se queriam mesmo explicar até poderia ser Biblioteca, é um espaço público até mais digno para receber a Secretária de Estado e maior para receber mais famalicenses, nunca fui à sede do PS, não quer dizer que não seja digna a sede do PS, mas maior para receber mais famalicenses, um local maior

até para receber mais famalicenses e para termos uma explicação cabal sobre a loja do cidadão dada tal era a cortina de fumo que a Câmara lançava sobre isto, aliás aqui um parêntesis relativamente a isto, anteriormente o Deputado do PS que me antecedeu fala de propaganda, de fotografia, de uma campanha de comunicação, mas o que é certo, quando se propõe a explicar cabalmente a todos os famalicenses fecha a porta. É isto? Foi à porta fechada, foi este silêncio que se ouviu aqui. A explicação da Secretária de Estado sobre a loja do cidadão foi este silêncio! Eu gostava de saber o que esconde a Secretária de Estado? Também gostava de saber, se veio aqui enquanto Secretária de Estado, ou enquanto militante do Partido? Mas o que esconde a Secretária de Estado, o que esconde o PS? O que esconde o governo sobre a loja do cidadão? Eu gostava de saber, se vocês querem ou não a loja do cidadão em Famalicão? Eu gostava de saber, se entre defender a loja do cidadão em Famalicão, ou defender o vosso Partido, as várias opções políticas centrais, já que estava previsto e aliás, foi apresentado pelo senhor Presidente da Câmara como Famalicão cumpria todos os requisitos para ter cá a loja do cidadão. Era importante esclarecer a todos os famalicenses, se entre defender o Partido Socialista e as suas políticas em Lisboa, ou defender Famalicão, de que lado é que o PS de Vila Nova de Famalicão fica. Se fica do lado do PS Nacional ou se fica do lado dos famalicenses.----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL –** Senhores Deputados, eu faço aqui uma sugestão, os Pontos 2,3,4 e 5 são propostas da Câmara Municipal que têm todas a ver com apoio financeiro ao investimento a realizar com diferentes entidades. Sugeria, se nenhum Deputado se opusesse, a discussão conjunta dos Pontos 2,3,4 e 5, sendo que, naturalmente, a votação seria ponto por ponto. O assunto mereceu a concordância de todos os presentes, vamos passar à discussão em conjunto.----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** A parte que nos diz respeito, nós continuamos a insistir nesta questão, tem a ver com um critério que achámos que não está justo, não está equilibrado, no que diz respeito aqui às isenções de taxas municipais de IMI, designadamente, na primeira proposta relacionada com a TIAJO, o investimento que aqui é referido no montante de 2.210.000.00€, com a criação apenas de cinco postos de trabalho, portanto, há uma discrepância por exemplo entre o investimento desta proposta e a proposta de Abílio Oliveira Godinho & Cª Lda, que apesar de tudo cria dois postos de trabalho com um investimento no montante de 250.000.00€. Portanto, há um critério com o qual nós não concordamos, mas há um traço comum em todas elas, que é a não garantia da criação destes postos de trabalho de forma efetiva. E isso apraz-nos uma vez mais estar contra, dizer que estamos contra, dado que para estas situações em que há isenções de taxas, há benefícios fiscais, não é justo que a Câmara Municipal continue a não querer ver que com estas isenções não são criados postos de trabalho efetivos para os trabalhadores. Há aqui, sem dúvida nenhuma um critério

e pensámos que devia ser revisto, com este critério não concordamos nós, e se é verdade que vamos votar contra a primeira proposta e a quarta proposta, o mesmo não faremos em relação à segunda e à terceira propostas porque nos parece, sobretudo ou pelo menos parece mais equilibradas e iremos abster-nos na segunda e terceira propostas.----------

---NUNO SÁ (PS) – Á pouco quando foi apresentada a proposta de recomendação do Bloco de Esquerda, relativamente à tarifa social da água, questionava-me, porque iríamos votar este cinco pontos da Ordem de Trabalhos que agora estão aqui em discussão, questionava-me se a atitude da Assembleia Municipal seria idêntica. Eu sei que a tarifa social não cria postos de trabalho, reduz o erário municipal, mas convenhamos senhores Deputados, o montante que aqui está em causa de subtração, passo a expressão, ou de não receita do Município, é incomensuravelmente superior para qualquer redução da receita do Município com a criação da tarifa social da água. Portanto, quando nos é dito que é uma questão ideológica, é manifestamente uma questão ideológica, mas é uma questão ideológica preconceituosa da direita relativamente às famílias, aos agregados familiares de menores recursos e de favorecimento do capital. Nós temos sucessivamente dito isto, em saco roto é óbvio, mas continua-se a ser palco destas atitudes discricionárias em relação aos privados, em relação às famílias de menores recursos e de favorecimento de pessoas coletivas, empresários capitalistas. ----------

---CARLOS CARVALHO (CDS/PP) – Eu gostaria de falar sobre estes projetos do Made In que aliás, vêm recorrentemente aqui à consideração desta Assembleia Municipal, para dizer o seguinte, uma isenção de 65 mil euros, que é disto que estamos a falar, para uma criação de 35 postos de trabalho, isto representa um investimento do Município de criação de emprego de cerca 1.800 euros por trabalhador. A Câmara de Famalicão, para conceder este incentivo em contrapartida de um investimento de 5 milhões de euros, como sabem em Famalicão deste investimento nascerá 35 postos de trabalho líquidos, considerando que o salário médio mensal por cada trabalhador por contra doutrem em Vila Nova de Famalicão é de cerca 950 euros, chegamos a um valor anual de 400 mil euros de massa salarial. Sendo que, este apoio que nós estamos aqui a discutir de 65 mil euros inclui uma redução de IMI por um período de 5 anos, se nós fizermos os 400 mil euros vezes os 5 anos pelo qual este apoio se justifica, chegamos a uma massa salarial de 2 milhões de euros, se a isto acrescermos a TSU que são 23,75% que fica ao encargo das empresas colocamos nos cofres do Estado mais 475 mil euros, tudo isto com um incentivo de 65 mil euros. São 5 milhões de euros de investimento mais 2,5 milhões de euros de benefício, quer para os cidadãos, quer para o Município, quer para o comércio local, como também para o Estado. Tudo isto, sem considerar a receita fiscal arrecadada que daí nasceria do consumo, estamos só a falar em termos diretos, são 5 milhões de euros de investimento, mais 2,5 milhões de euros de massa salarial e coleta para a

segurança social. Tudo isto tem um benefício que a Câmara dá de 65 mil euros, não é um encargo, é um benefício. Isto é o caminho certo, Famalicão está no caminho certo, Famalicão vai manter o rumo com este tipo de apoios, com este tipo de propostas e com esta forma que tem de atrair mais investimento, mais rendimento, mais emprego para o Município.----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** É só para referir que, não indo na conversa da totalidade deste investimento, mas indo sim, quase ponto por ponto, dizer que para nós é escandaloso por exemplo, neste investimento de 2.210.000.00€ que apenas se criem 5 postos de trabalho, são 5 postos de trabalho quase de certeza se não são todos mas a maioria, serão postos de trabalho precários. A isto não podemos chamar outra coisa, senão qualquer dia estamos numa situação muito idêntica a esta em que se cria e já foi o caso, em que se cria dois postos de trabalho apenas e só para ir ao encontro do maior benefício possível. Achámos que, de facto, há aqui muito oportunismo, há aqui uma clientela que começa a usar e abusar digamos assim, destes benefícios por forma a que venham buscar as migalhas que são do Município e dos Munícipes. Pensámos portanto, que é da maior vergonha e até mesmo para todos nós não pensarmos sequer que isto tem um critério que está perfeitamente desajustado. Ainda se estes 2.210.000.00€, criassem por ventura, cem, duzentos postos de trabalho, ainda poderíamos pensar de uma outra forma de estimular os mesmos pois claro, arranjando com que os empresários tivessem acessos melhores à forma para que pudessem levar por diante o investimento. Agora, quanto à isenção de taxas municipais, de facto, continuámos a pensar que é muito injusto para todos os Munícipes porque a criação destes investimentos é para obtenção de lucro e nós sabemos que é, se é para obtenção de lucro não é para criar nenhuma associação desportiva e cultural, não é para criar nenhum lar da 3ª idade. É de facto, para criar riqueza para quem investe. ----------

---**CARLOS CARVALHO (CDS/PP) –** O senhor Deputado que antecedeu, tem razão numa coisa, isto realmente é para criar riqueza para quem investe, é para criar riqueza a quem arrisca. Diga-me um modelo, o senhor se calhar até conhecerá um modelo onde haja emprego, onde haja estabilidade social sem haver investimento. Diga-me um modelo, se calhar pode ser o seu se o conseguir justificar aqui que tenha corrido bem. Diga-me um modelo onde as pessoas pegam naquilo que têm deles próprios, arriscam, investem para melhoria deles e para melhoria dos seus filhos. Este é o modelo correto e que nós apoiamos, este modelo que aqui está deu resultado e não o seu, o seu nunca deu resultado, o seu a única coisa que deu foi um muro na Europa, assim que ele foi derrubado as pessoas fugiram todas para este lado. Este modelo que você critica, foi um modelo que trouxe crescimento económico como nunca antes houve. Este modelo trouxe crescimento económico, se traz riqueza, se traz lucro também traz prejuízo, esse é o modelo do risco. Esse risco que não é a Câmara que assume, é o particular que assume, merece ser remunerado e quando é

remunerado vocês taxam o IRC, o Estado taxa o IRC, mas este é o modelo que garante a criação de emprego, não o vosso, disso não há dúvidas. Depois há uma vertente adicional que eu não queria deixar de falar aqui, que é quando nós discutimos o salário mínimo, o salário médio, o salário, nós entramos sempre em linha de conta como produtividade. E quando nós entramos em linha de conta como produtividade, temos em conta aquilo que os recursos humanos gera no seio da empresa. E o que o senhor veio aqui dizer é, ah! um investimento de 2.210.000.00€ para criar 5 postos de trabalho, eu não conheço ao pormenor a situação e o senhor Deputado assumiu aqui que, também não reconhece e apenas tira algumas ilações sobre o assunto. Mas há uma coisa que eu sei, é que quanto maior é o volume de capital investido por trabalhador, maior é a produtividade que esse trabalhador pode gerar e portanto, maior é o salário que ele daí pode retirar. Se quiser a título de exemplo, temos uma caricatura que me parece clara, se nós dermos um trator que custa 50 ou 10 mil euros ou dermos uma enxada, eu tenho a certeza que, o trabalhador que estiver em cima do trator gera muito mais riqueza, gera muito mais rendimento e poderá assim ter um salário muito melhor do que aquele que trabalha de sol a sol com uma enxada. ----------

---**DOMINGOS COSTA (CDU) –** Pois é senhor Deputado, é que essa riqueza, é de facto, à custa e muito da exploração dos trabalhadores, e tem pelo meio a seguinte situação, é que nem sequer dá qualquer tipo de garantia de contrato efetivo, aqui não está plasmado nada disso e mesmo assim o que nós vemos por este Concelho em particular, é que a esmagadora maioria das empresas tem, grosso modo, uma grande parte dos trabalhadores são precários. Estão contratados por empresas de trabalho temporário, ou são contratados a termo, ou têm contratos de alguns meses, é isto que existe a nível deste Concelho, não é só neste Concelho, mas particularmente é neste Concelho que isto existe. Mas senhor Deputado, eu queria referir-lhe e iria lembrar-lhe um outro aspeto, é que na verdade eu comecei por dizer que para nós este critério é muito injusto, inclusivamente dentro do próprio critério cria estas disparidades, há isenções fiscais enormes quando um empresário quer levar por diante um investimento de muitos milhares, senão milhões de euros apenas criando meia dúzia de postos de trabalho em relação aos pequenos e médios empresários que criam cinco, dez, vinte postos de trabalho com muito menos investimento. Portanto, neste aspeto, há uma disparidade de facto enorme, mas continuamos a pensar que talvez a Câmara nos possa ouvir e dar razão a um futuro que não sabemos se será próximo ou não, este critério na verdade está mesmo desajustado. Por outro lado, não poderia deixar de referir, que mal estariam esses empresários se apenas viessem investir nos concelhos onde há este tipo de isenções, há por ai concelhos onde não existe nada disto e eles investem. Tendo em conta, que se trata de gente que está voltada apenas e só para o lucro, naturalmente que, eles não estão a ver se o Município tem este tipo de benefícios mas naturalmente, aproveitam o simples facto de eles existirem para os criarem, agora estou convencido que sem esses

benefícios, certamente acabariam por investir na mesma com um outro tipo de benefícios que não estes que nós achámos que são escandalosos ----------

---CARLOS CARVALHO (CDS/PP) – Vou-lhe dizer senhor Deputado, já é pelo menos a segunda vez, ou pelo menos é a segunda Assembleia Municipal, que fala nesse argumento e que diz que se não houvesse esse incentivos eles investiam na mesma. Senhor Deputado, Berlim, conhece? Berlim, foi dividida a meio, de um lado havia incentivo, do outro lado não havia incentivo. Diga lá, quarenta anos depois, qual era o lado que estava mais evoluído? Diga lá qual era o lado que se vivia melhor? E estamos a falar de uma Cidade, é esse modelo que o senhor Deputado aqui propõe, esse modelo teórico muito bonito que os empresários são cegos pelo lucro, esses 2.210.000.00€, provavelmente nem são património do empresário, teve que arriscar, teve que o penhorar, ninguém nasce rico, daí de alguma forma o dinheiro tem que vir, provavelmente terá sido por empréstimo, esse modelo já foi criado com empréstimos e avais, com garantias que o empresário teve que dar à banca. Mas o que o senhor Deputado está aqui a propor, é se nós criássemos uma realidade alternativa, ou não houvesse este tipo de incentivos, os empresários continuavam a investir. Portanto, está a insinuar que isto seria uma perda de receita para o Município. Pois então, voltamos à Cidade onde isso já aconteceu, a Berlim, em Berlim dividiram ruas, era a mesma população, os mesmos recursos humanos, era tudo igual menos o incentivo, do lado Ocidental havia incentivo ao risco à inovação, do outro lado havia o Comunismo. Diga lá, de que lado é que o senhor gostava de estar, ou melhor, uma opção pessoal, diga lá de que lado é que se vivia melhor. Porque o Comunismo fala sempre do povo, fala sempre dos trabalhadores, mas naquela altura as pessoas tomaram todas a direção do Ocidente, porquê? Porquê, se era assim tão mau este nosso modelo. Portanto, quando o senhor Deputado vem aqui falar que os empresários aproveitam estes benefícios, não, o Município de Famalicão é que aproveita o risco e a iniciativa dos empresários, tentando fixar cá os existentes e atrair cada vez mais para cá novos empresários, novos investimentos, para melhorar a qualidade de vida dos famalicenses, o rendimento, a riqueza e o bem-estar dos famalicenses. ----------

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Deu início à votação em separado dos Pontos 2, 3, 4 e 5. ----------

---SEGUNDO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela TIAJO – Comércio de Têxteis, Lda., com sede no Parque Industrial da Pereira Pavilhão, n.º 8, União de Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante de 2.210.000.00€, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA TIAJO – COMÉRCIO DE TÊXTEIS, LDA., COM SEDE NO PARQUE INDUSTRIAL DA PEREIRA PAVILHÃO, N.º 8, UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO MONTANTE DE 2.210.000.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. ----------

---

---**TERCEIRO PONTO –** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela Abílio Oliveira Godinho & Cª Lda., com sede na Rua da Agra, n.º 141, 4470-826 União das Freguesias de Avidos e Lagoa, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante de 250.000.00€, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, tudo nos termos da respetiva proposta.----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA ABÍLIO OLIVEIRA GODINHO & Cª LDA., COM SEDE NA RUA DA AGRA, N.º 141, 4470-826 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO MONTANTE DE 250.000.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. ----------

---

---**QUARTO PONTO –** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela Estamparia Jocolor, Lda, com sede na avenida Dr. Mário Soares, n.º 71, 4770-260, Freguesia de Joane, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante de 800.000.00€, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA ESTAMPARIA JOCOLOR, LDA, COM SEDE NA AVENIDA DR. MÁRIO SOARES, N.º 71, 4770-260, FREGUESIA DE JOANE, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO MONTANTE DE 800.000.00€, NO

ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. ----------

---

---QUINTO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela FERESPE – Fundição de Ferro e Aço, Lda, com sede na Rua da Brasiela, n.º 60, Freguesia de Fradelos, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante de 1.887.148.00€, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA FERESPE – FUNDIÇÃO DE FERRO E AÇO, LDA, COM SEDE NA RUA DA BRASIELA, N.º 60, FREGUESIA DE FRADELOS, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO MONTANTE DE 1.887.148.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, SESSENTA VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. ----------

---

---SEXTO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração com a retificação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira São Mateus, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO COM A RETIFICAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DE RIBA D'AVE E DO CENTRO DE OLIVEIRA SÃO MATEUS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. ----------

---

---SÉTIMO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização do compromisso plurianual até ao montante global estimado de 750.000.00 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo aos serviços de vigilância e segurança do Parque da Devesa e de rondas móveis, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE

AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 750.000.00 €, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, RELATIVO AOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DO PARQUE DA DEVESA E DE RONDAS MÓVEIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. ----------

---

---OITAVO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento para atribuição do Prémio Januário Godinho, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO JANUÁRIO GODINHO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. ----------

---

---NONO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a nomeação do Revisor Oficial de Contas o Dr. José Luís Pinto de Azevedo, ROC n.º 626, como auditor externo e responsável pela certificação legal de contas, para efeitos do previsto no n.º 1 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS O DR. JOSÉ LUÍS PINTO DE AZEVEDO, ROC N.º 626, COMO AUDITOR EXTERNO E RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, PARA EFEITOS DO PREVISTO NO N.º 1 DO ART.º 77.º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, DOZE VOTOS CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES. ----------

---

---DÉCIMO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração dos Estatutos da Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. ----------

---

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião de 30 de janeiro de 2017, de pedido de autorização para desafetar do domínio público para o domínio privado do município, a parcela de terreno com a área de 160 m2, melhor identificada na planta anexa pela letra D, sita no lugar de Tarrio, da União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, deste concelho, tudo nos termos da respetiva proposta.----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, APROVADA NA SUA REUNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2017, DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 160 M2, MELHOR IDENTIFICADA NA PLANTA ANEXA PELA LETRA D, SITA NO LUGAR DE TARRIO, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, DESTE CONCELHO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E CATORZE ABSTENÇÕES.----------

---

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da avaliação de Cedências para o domínio público do município, para os efeitos previstos na alínea i), do número 1, do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tomar conhecimento e aprovar, para efeitos de arrolamento e inventariação a relação de cedências constantes da relação anexa à presente proposta e que por economia e brevidade, aqui se dá como reproduzida, passando as mesmas assim a integrar o inventário de bens imóveis do Município, tudo nos termos da respetiva proposta.---------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA AVALIAÇÃO DE CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO A RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES. ----------

---

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal, nos

termos e para os efeitos previstos no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do pedido de designação do júri para o procedimento concursal para o provimento de cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, para o cargo de Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, e do pedido de alteração do júri para os procedimentos concursais para o provimento do cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, das seguintes unidades orgânicas flexíveis, Divisão de Mobilidade, Vias e Trânsito; Divisão de Equipamentos e Divisão da Eficiência Energética e Manutenção, tudo nos termos da respetiva proposta. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento. ----------

---**PAULO PINTO (PS) –** Relativamente a este ponto, eu vou já anunciar que o Partido Socialista vai votar contra. E vai votar contra, porque na semelhança ao que disse o senhor Presidente da Câmara, nós também não gostamos de passar cheques em branco. Temos consciência e relembramos que há relativamente pouco meses, num concurso desta Câmara, houve um júri que atribuiu a nota de 20 valores a um alto militante do PSD, esclareça-se que sem essa nota, na entrevista de 20 valores atribuída por esse júri, a pessoa em questão não ficaria em primeiro nesse concurso. Na altura pedimos explicações ao senhor Presidente da Câmara, obtemos da parte dele um silêncio, até hoje não obtivemos qualquer resposta. Perante este tipo de postura e perante as dúvidas que nos levantou o dito concurso, logicamente que nós não podemos passar cheques em branco, nem podemos confiar no júri que esta Câmara define, como tal, somos obrigados infelizmente a votar contra. ----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ARTIGO 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, DO PEDIDO DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, E DO PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO JÚRI PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, DAS SEGUINTES UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, DIVISÃO DE MOBILIDADE, VIAS E TRÂNSITO; DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E DIVISÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MANUTENÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, TREZE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. ----------

----

---**DÉCIMO QUARTO PONTO –** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 2 (dois) trabalhadores, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercerem as funções descritas no mapa de pessoal, aprovado para o ano de 2017, relacionadas com as atribuições,

competências e atividades para a área de atividade de Psicologia, com recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum aberto pelo aviso n.º 5763/2014, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 87, de 7 de maio de 2014, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 3 de setembro de 2015. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento. ----------

---***POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, DE 2 (DOIS) TRABALHADORES, NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DESCRITAS NO MAPA DE PESSOAL, APROVADO PARA O ANO DE 2017, RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES PARA A ÁREA DE ATIVIDADE DE PSICOLOGIA, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA RESULTANTE DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM ABERTO PELO AVISO N.º 5763/2014, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 87, DE 7 DE MAIO DE 2014, RESPEITANDO A ORDENAÇÃO CONSTANTE DA LISTA UNITÁRIA DE ORDENAÇÃO FINAL HOMOLOGADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2015. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENÇÕES.*** ----------

----

---**DÉCIMO QUINTO PONTO –** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a celebração de Contratos Interadministrativos com as Freguesias da área da localização da ECOPISTA. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento. ----------

---**FERNANDO MONIZ (PS) –** Tenho estado atento mas calado, mas decidi agora aproveitar estes momentos de glória na transmissão televisiva, que vai no sentido de maior transparência, de maior abertura. Portanto, senhor Presidente, queria felicita-lo pela iniciativa. E vou falar-lhe de um assunto aparentemente sem grande importância denominado de Ecopista. Começo por dizer que não estou contra, estou a favor que se transfira para as Freguesias as verbas que estão descritas na proposta, seguramente que as Freguesias farão o melhor do aquilo que têm feito até ao momento. O que tem sido feito é praticamente nada como todos sabemos, todos aqueles, designadamente como eu, que são frequentadores da Ecopista com assiduidade, eu quase todos os dias frequento esta denominada Ecopista e portanto, sei do que vou falar. Estranho senhor Presidente porque já foi bandeira desta Câmara Municipal, a defesa do ambiente, da educação física, da qualidade de vida, do bem-estar, deixou de ser. Porque o que se trata neste momento é de transferir para as Freguesias, enfim, a manutenção da denominada Ecopista. Mas manutenção de quê, senhor Presidente? Dos buracos, da

lama, dos socalcos, das silvas, das ervas daninhas, dos taludes de quatro, cinco e seis metros onde seguramente nenhuma criança pode andar em segurança. E o sentido estratégico de ligação à Póvoa de Varzim e pelo meio ligar ao Parque de Campismo de Gondifelos, seguindo por aquela zona bonita de Gondifelos da Fábrica do Papel, num circuito muito interessante. Que é feito dessa ideia? Em tempos fez-se um concurso de ideias, atribuiu-se um prémio, salvo erro, no valor de dois mil euros. Que é feito dessas ideias, dessa ambição e dessa iniciativa, onde está a iniciativa, senhor Presidente? Aquilo que era bandeira deixou de existir porque já não interessa aos famalicenses, a Ecopista ou a Ecovia transforma-se num carreiro sinuoso, esburacado, deixou de interessar aos famalicenses. De facto, nenhuma família e eu tenho verificado que alguns Pais se aventuram com filhos pequenos, a circularem neste carreiro e correm riscos, ainda vi há dias a transportar as bicicletas às costas, filhos às costas, parecia um *rally do Dakar* em vez de uma Ciclovia ou de uma Ecopista que seria de facto aprazível, ou deveria ser. Mas mais grave do que isto senhor Presidente, Ecopista significa meio ambiente de preservação e o que lá se está a passar porventura, por virtude da alteração do Plano de Diretor Municipal é um desbaste por completo de toda aquela zona florestal. Aqui diz-se que a Ecopista é um percurso numa zona rural e florestal bem no coração do verde Minho por entre bosques e milheirais, isto está a desaparecer senhor Presidente, eu não acredito que o senhor Presidente tenha visitado, por ventura com receio da chuva e dos buracos esta Ecovia. Mas o que lá se está a passar é escandaloso, é o desbaste maciço de arvoredo e para mais com os ramos que ficam, em vez de os guardarem ou de os transportarem para sítio conveniente queimam-nos no local, quem lá passar não pode respirar, senhor Presidente. E chamam a isto Ecovia, preservação do meio ambiente, senhor Presidente, é tudo menos isso. Eu temo que isto seja o reflexo num plano maior, numa escala maior da gestão municipal e por isso, faço aqui o apelo veemente ao cidadão Paulo Cunha, que incentive o senhor Presidente da Câmara a fazer muito melhor.----------

---PAULO COSTA (BE) – Sem o teor encomiástico do senhor Deputado, Fernando Moniz, mas no mesmo sentido. Lamentar e já o disse aqui há tempos na discussão do Orçamento do ano em curso, o abandono de um verdadeiro investimento na Ecopista. Portanto, ficamos por meros arranjos pontuais e inevitavelmente necessários dado o estado em que se encontra esta Ecopista. Portanto, todo aquele introito mais ou menos poético da proposta, quer dizer, acaba por ser ridículo perante esta circunstância de termos um espaço que está numa degradação manifesta e isto, não votando contra esta proposta de cabimentar as Juntas de Freguesia por onde este espaço é percorrido e iremos votar favoravelmente, mas lamentando fazendo esta ressalva, lamentando a falta de investimento do Município.----------

---DOMINGOS COSTA (CDU) – É uma referência a este local, de facto, vão longe os tempos em

que a existência da ferrovia que ligava Famalicão à Póvoa de Varzim, permitia melhor acesso no que diz respeito a transportes de uma para a outra localidade e localidades intermédias. E não fosse o que aconteceu, provavelmente hoje teríamos um problema sério, resolvido no que diz respeito ao transporte de muita gente da zona oeste, para que não ficasse muitas vezes a via principal, a estrada nacional repleta de tráfego. Foi pena, mas hoje naturalmente, não podemos lamentar essa perda, mas é o exemplo que podemos também registar como tendo um mau exemplo, no aspeto de que se destroem mais-valias e não se pensa que no futuro elas poderiam resolver imensos problemas. Quando à questão em si aqui colocada, nós temos algumas reservas relativamente a estas verbas propostas para as Freguesias ou União de Freguesias. Estamos de acordo naturalmente, com a transferência de verbas para acudir a todo um conjunto de necessidades que a Ecopista terá e tem não só de manutenção. Estamos plenamente de acordo no que diz respeito aqui há transferência de competências, o que tememos é que os encargos venham a ser superiores ao que aqui é proposto para as Freguesias. E portanto, como reserva, iremos abster-nos. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Em primeiro lugar, quero deixar um registo de apreço pela disponibilidade dos senhores Presidentes de Junta, nesta matéria como noutras de assumirem novas tarefas e novas responsabilidades, é sinal de que a proximidade e a democracia se exercem de uma forma descentralizada e melhor mas, há que registar com apreço por essa mesma disponibilidade dos senhores Autarcas das Freguesias, em quem confiamos plenamente nestas tarefas que lhes queremos incumbir. Depois deixar aqui uma afirmação clara aos senhores Deputados, o facto de não estar em curso neste momento qualquer intervenção de fundo na Ecopista, não é por estarmos à espera do Metro, não estamos à espera que o Metro chegue a Famalicão ou se prolongue até à Póvoa de Varzim, não estamos a preservar canal para construir o Metro até à Póvoa de Varzim. Os senhores Deputados talvez não se recordem, mas é do domínio público, foi aprovado há alguns meses atrás o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o chamado PEDU e esse PEDU tem uma notícia que eu acho francamente boa para Famalicão, que é o facto de termos conseguido finalmente fundos comunitários para fazermos uma intervenção na Ecopista. Essa garantia está conseguida, fruto do projeto que a Câmara Municipal apresentou, fruto da dinâmica que conseguiu implementar e convencendo a União Europeia e a CCDRN de que este era um projeto de mobilidade para Famalicão. Não é só um projeto de recreio, a via tem essa função, eu também a percorro, menos vezes porventura, mas também a percorro, sei que ela tem essa função mas no âmbito da mobilidade. Esse projeto foi aceite por Bruxelas, felizmente uma boa notícia para Famalicão. Portanto, o que nós temos, é no imediato procurar condições para que no mínimo o que diz respeito à circulação naquela via seja assegurada e por isso, contamos com a colaboração das Autarquias através dos senhores Presidentes de Junta. Logo que as verbas em sede

de fundos comunitários estejam disponíveis, imediatamente avançará um projeto de intervenção de fundo que trará condições para que aquela via possa ser desfrutada.----------

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS FREGUESIAS DA ÁREA DA LOCALIZAÇÃO DA ECOPISTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA. COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. ----------

---

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.----------

Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:----------

----------**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**----------

---Para este período não houve inscrições por parte do público, e nada mais havendo a tratar passou-se à chamada final, sendo dada a reunião como encerrada às zero horas e trinta e três minutos do dia seguinte. ----------

----------**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** ----------

_____-

----------**O SECRETÁRIO**----------

_____

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:----------

--- Registo de Presenças. ----------

---Votos apresentados pelo Grupo Municipal da CDU. ----------

---Votos apresentados pelo Grupo Municipal do PSD.----------

---Voto apresentado pela Senhora Presidente da Freguesia de Riba D'Ave. ----------

---Votos apresentados pelo Grupo Municipal do PS. ----------

---Voto apresentado pelo Grupo Municipal do BE. ----------

------Documentos referentes aos pontos 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14 e 15.----------

---Minutas de ata dos pontos 2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14 e 15. ----------

---